



**REITOR**

Vicente de Paulo Tavares Noronha

**VICE-REITOR**

Vicente de Paulo Tavares Noronha Filho

**PRÓ-REITORA DE ADMINISTRAÇÃO**

Rebeca Souza Marinho

**PRÓ-REITORA ACADÊMICA**

Irene Noronha Seabra

**COORDENADORA DA COORDENADORIA DE  
INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA**

Célia Maria Coêlho Brito



## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO**

Célia Maria Coêlho Brito (04)

### **SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM: ESTUDO SOBRE O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA (NAEE)**

Núbia Cristina Assunção Miranda; Isabele Cristine Silva Souza; Jéssica Natasha de Souza Borges; Patrícia Sampaio Silva; Susinei Ferreira Celso (11)

### **COOPERATIVISMO E SERVIÇO SOCIAL: A ORGANIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS DE COLETA SELETIVA NA COOPERATIVA FILHOS DO SOL EM BELÉM DO PARÁ**

Michele Lima de Souza é a autora do artigo; Bárbara Pereira Brito; Cintia de Cássia Pantoja Rodrigues dos Santos; Diana Andrade de Lacerda e Plínio André Andrade da Silva (48)

### **TRABALHO, RENDA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM: UM DEBATE PARA O SERVIÇO SOCIAL?**

Núbia Cristina Assunção Miranda; Jady Rodrigues Maués Cardoso; Susinei Ferreira Celso (84)

### **SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA REDE DE SERVIÇOS EM BELÉM DO PARÁ**

Michele Lima de Souza Carla Alessandra Pereira da Silva Negidio; Deborah Augusta de Castro Gomes; Plínio André Andrade da Silva (118)

## **APRESENTAÇÃO**

O Centro Universitário Fibra (Belém, Pará) por intermédio da Coordenadoria de Investigação Científica, apresenta à sociedade acadêmica mais uma publicação de seu fazer científico. Trata-se do livro “Investigação Científica Fibra: Serviço Social”, que traz em seu bojo produções de professores do Curso de Serviço Social, no âmbito de seu campo de estudo.

O referido curso, desde o ano de 2017, tem submetido projetos de investigação científica inseridos na linha de investigação “Responsabilidade Social e Cultural”, envolvendo temáticas que contemplam problemas atinentes a políticas sociais em área quilombola, em centro de atendimento de alunos e famílias da educação especial, em cooperativa de trabalhadores de coleta de lixo, bem como à medicina popular afro-amazônica, à educação ambiental, à garantia de benefícios sociais a idosos; a estudo sobre práticas de religiosidade popular; e a políticas sociais acerca do refúgio à luz dos Direitos humanos.

Computam-se, até o ano de 2022, 8 (oito) projetos concluídos; (2) em vigência; e (3) aprovados para iniciarem no segundo semestre do referido ano.

Os projetos concluídos são: (1) “A organização dos trabalhadores de coleta seletiva na Cooperativa Filhos do Sol, em Belém do Pará: um olhar do Serviço Social”; (2) “Percepção do manejo de resíduos sólidos na Faculdade Integrada Brasil Amazônia nos cursos de Serviço Social e Geografia”; (3) “Limites e possibilidades no atendimento de alunos com deficiência na rede de serviços do município de Belém (PA): um estudo a partir do Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel de Lima Mendes”; (4) O perfil das famílias da Educação Especial no município de Belém: um estudo para o Serviço Social”; (5) “As políticas públicas de inclusão social na comunidade quilombola do Abacatal Ananindeua (PA)”; (6) “A relação entre trabalho e renda de famílias da educação especial no município de Belém: um debate para o Serviço Social?”; (7) “As práticas de medicina popular afro-amazônica”; e (8); “Demandas, atendimentos e encaminhamentos: um estudo do Serviço Social sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral

da família (PAIF) no centro de referência de assistência social (CRAS) Mosqueiro”.

Em vigências estão os projetos: (1) “O perfil das famílias acompanhadas pelo serviço de Proteção e Atendimento Integral da Família (PAIF) em Belém: experiência de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)”; e (2) “As práticas curativas de medicina popular durante a pandemia de COVID--19 na Amazônia”.

Os projetos já aprovados e prestes a iniciar são: (1) “Benefício de prestação continuada: quem são os velhos e “deficientes” do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família em um Centro de Referência de Assistência Social, em Belém (PA)? (2) “O sagrado na Psicologia: um estudo sobre práticas de religiosidade popular em Belém do Pará”; e (3) “Direitos humanos e refúgio: a realidade dos refugiados da etnia Warao em Belém (PA).

Compõem este livro 4 (quatro) artigos. Todos apontam aspectos regionais que merecem especial atenção do poder público.

O artigo “Serviço Social na Educação Especial do município de Belém: estudo sobre o perfil das famílias atendidas no Núcleo de Avaliação Educacional Especializada (NAEE)” é produto de um projeto de investigação científica realizado no Centro Universitário Fibrá, coordenado pela Profª Núbia Cristina Assunção Miranda. Tem como coautores os alunos de iniciação científica Isabele Cristine Silva Souza; Jéssica Natasha de Souza Borges; Patrícia Sampaio Silva; e Susinei Ferreira Celso. Fundamentado em teóricos e legislações, procura o artigo compreender os tipos de famílias, os benefícios socioassistenciais, a renda familiar e a condição de habitação de 600 famílias atendidas no NAEE, no período de 2014 a 2017.

A Profª Michele Lima de Souza é a autora do artigo “Cooperativismo e Serviço Social: a organização dos/as trabalhadores/as de coleta seletiva na cooperativa filhos do sol em Belém do Pará”, o qual contou com a participação dos alunos de iniciação científica Bárbara Pereira Brito; Cintia de Cássia Pantoja Rodrigues dos Santos; Diana Andrade de Lacerda; e Plínio André Andrade da Silva. Embasa-se o artigo no projeto de investigação científica

realizado em 2017, no Centro Universitário Fibrá. Discorre sobre a natureza do estudo e mostra que políticas públicas visando ao trabalho, à saúde e à educação, em cooperativas populares de coleta seletiva, precisam urgentemente ser adotadas pelo poder governamental, tendo em vista a garantia do cuidado com o meio ambiente e da geração de renda às pessoas no setor envolvidas.

O artigo “Trabalho, renda e educação especial no município de Belém: um debate para o Serviço Social?” é de autoria, também, da Prof<sup>a</sup> Núbia Cristina Assunção Miranda e tem a coautoria dos alunos de iniciação científica Jady Rodrigues Maués Cardoso; e Susinei Ferreira Celso. Traz resultados da pesquisa desenvolvida no Centro Universitário Fibrá sobre a atuação do Serviço Social frente ao trabalho formal e trabalho informal na educação especial, em Belém (PA). Na abordagem do tema, segue teóricos como Albuquerque Júnior (2012); Sabino (s/d); Antunes (2007); Amaral; Vieira (2008); e a Constituição Federal (1988). Expõe o tipo de pesquisa realizada, os procedimentos de análise adotados sobre a condição de vida das famílias atendidas na educação especial, buscando ver se os direitos básicos lhes são garantidos, no que se refere ao trabalho e à renda.



“Serviço Social e educação especial: limites e possibilidades na rede de serviços em Belém do Pará” é outro artigo de autoria da Prof<sup>a</sup> Michele Lima de Souza, com a contribuição, agora, dos alunos de iniciação científica Carla Alessandra Pereira da Silva Negidio; Deborah Augusta de Castro Gomes; e Plínio André Andrade da Silva. Discorre sobre o atendimento de alunos com deficiência e os encaminhamentos para a rede de serviços realizados no Centro de Referência e Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE). Informa sobre a natureza da pesquisa feita, quanto ao método adotado para a coleta de dados, e sobre os pressupostos teóricos seguido. Apresenta as conclusões a que chega, atentando para os limites e possibilidades da educação especial de alunos da rede municipal realizado no CRIE e considerando ser preciso o poder público atuar mais intensivamente, no sentido de proporcionar infraestrutura condigna para a melhoria da assistência prestada ao aluno deficiente.

O Centro Universitário Fibra reconhece a importância dos artigos neste livro publicados, pela relevância social de suas temáticas e seriedade como

estas são tratadas, revelando, mais uma vez, produtos satisfatórios da investigação científica que a Instituição realiza em cumprimento de sua missão acadêmica e social.

Célia Maria Coêlho Brito

Coordenadora da Coordenadoria de Investigação Científica

# SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM: ESTUDO SOBRE O PERFIL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO NÚCLEO DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA/NAEE

Núbia Cristina Assunção MIRANDA<sup>1</sup>  
Isabele Cristine Silva SOUZA<sup>2</sup>  
Jéssica Natasha de Souza BORGES<sup>3</sup>  
Patrícia Sampaio SILVA<sup>4</sup>  
Susinei Ferreira CELSO<sup>5</sup>  
(Centro Universitário Fibra)

## RESUMO

O estudo sobre o perfil das famílias atendidas na Educação Especial no Núcleo de Avaliação Educacional Especializada (NAEE) ratificou a necessidade da contribuição do Serviço Social para esta área de atuação. A pesquisa é exploratória com abordagem quanti-qualitativa. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, seguida de pesquisa de campo e documental. Trata-se de

---

<sup>1</sup> Atualmente assistente social da Fundação Papa João XXIII; Docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Fibra; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); atuou, até dezembro de 2019, como assistente social no Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE); [nubiacam@gmail.com](mailto:nubiacam@gmail.com).

<sup>2</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [isabelecsouzza@gmail.com](mailto:isabelecsouzza@gmail.com).

<sup>3</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [jessinatashab@hotmail.com](mailto:jessinatashab@hotmail.com).

<sup>4</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [patriciasampaio21575@gmail.com](mailto:patriciasampaio21575@gmail.com).

<sup>5</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [susi.ferreira@yahoo.com](mailto:susi.ferreira@yahoo.com).

um estudo desenvolvido por um período de 12 meses, e teve por base a compreensão dos tipos de famílias, dos benefícios socioassistenciais, da renda familiar e da habitação de 600 famílias atendidas no período de 2014 a 2017. A pesquisa fundamentou-se em teóricos e legislações.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Família. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The study on the profile of families assisted in Special Education at NAEE ratified the need for the contribution of Social Service to this area of activity. The research is exploratory with a quantitative-qualitative approach. A bibliographic research was carried out, followed by field and documentar research. This is a study developed for a period of 12 months, and was based on the understanding of the types of families, the social assistance benefits, family income and housing of 600 families served from 2014 to 2017. The research was based on theories and legislation.

**Key words:** Special Education. Family. Social Service.

## **1 INTRODUÇÃO**

A pesquisa no Serviço Social é relevante no contexto tanto da academia quanto da atuação

profissional, visto que o profissional de Serviço Social deve contar com um arcabouço teórico-metodológico, baseado em uma visão crítica, indispensável para promover a interpretação da realidade social, no sentido de subsidiar seu fazer, enquanto tal, de modo reflexivo-analítico.

Dessa forma, e, partindo do pressuposto de que a pesquisa é fundamental para a compreensão de uma determinada realidade, foi pensado e estruturado um estudo a ser desenvolvido no Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE), o qual teve como público-alvo alunos com deficiência ou indicativo de deficiência.

Diante da realidade que ora se apresenta na Rede Municipal de Ensino (RME) e, em particular no âmbito da Educação Especial, ficou evidente a necessidade da contribuição do Serviço Social à pesquisa, sobretudo sobre o perfil das famílias da Educação Especial do município de Belém atendidas no Núcleo de Avaliação Educacional Especializada (NAEE).

Foi possível verificar a contribuição teórica de Caniço (2010), Daher (1998), Iamamoto (2011), Mito (2004; 2010; 2013), Miranda; Matos (2013; 2018), Mota (2011) e Simionato (2003), que trazem para o debate da

pesquisa em tela dispositivos legais, dentre estes: Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei de diretrizes e bases da Educação, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e também o IBGE (2016).

Assim, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), nos dias atuais, a educação especial conta com mais de 60 SRM<sup>6</sup> e os Atendimentos Educacionais Especializados (AEE) contam com apoio de técnicos da educação especial, professores de referência, especializados e com larga experiência na área da Educação Especial, os quais planejam as ações na direção de efetivar o desenvolvimento de uma escola inclusiva<sup>7</sup> (MIRANDA, MATOS, 2013).

O projeto foi de extrema importância para compreender tal perfil das famílias da educação especial atendidas no NAEE/CRIE. Foi possível corroborar o quanto o trabalho desenvolvido no CRIE é indispensável ao atendimento de alunos com indicativo de deficiência ou

---

<sup>6</sup> As Salas de Recursos Multifuncionais (SEM) foram instituídas pelo Programa de implementação de SRM via portaria Nº 13, de 24 de abril de 2007, sendo locadas nas escolas públicas de Educação Básica das redes públicas de ensino, onde se realiza o AEE (BELÉM, 2016).

<sup>7</sup> Os profissionais que, em geral, compõem o quadro técnico da Educação Especial são assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, sociólogos, psicopedagogos, além de professores especializados.

que já possuem deficiência, assim como de suas respectivas famílias.

E o trabalho desenvolvido pelo Serviço Social neste espaço tem um caráter diferenciado quando o profissional tem um olhar crítico diante da realidade social de cada família, o que, segundo Iamamoto (2011), demonstra seu compromisso ético com a população atendida, conforme preconiza seu código de ética profissional, sintonizando com o que recomenda o CFESS (2014, p. 26): identificar as demandas presentes na sociedade, “visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social”.

Esta pesquisa é resultado de um trabalho árduo realizado de janeiro de 2018 a fevereiro de 2019. Em virtude de o estudo sobre famílias e educação especial na Rede Municipal de Educação ter por base a compreensão das diversas categorias presentes no perfil familiar, foi possível descobrir as novas demandas que chegam ao NAAE/CRIE, em especial ao Serviço Social. Foi necessário identificar as características socioeconômicas e habitacionais daquelas famílias; tipificá-las; e analisar os dados quali-quantitativamente. Grande parte da pesquisa foi dedicada à leitura de textos – selecionados

previamente. Foi feita também a revisão de literatura e leitura de outros textos que pudessem beneficiar/subsidiar o aprofundamento da temática e contribuir para uma revisão crítica das concepções/categorias em questão, no sentido de dar um “rigor científico” para a investigação.

Por se considerar que o pesquisador precisa observar e “experimental”/“experenciado” o espaço institucional para compreendê-lo e, a partir de sua experiência *in loco*, compartilhar expectativas com a comunidade/sociedade bem como com os próprios sujeitos da pesquisa, a fim de “reconstruir o sentido que os atores sociais dão ao objeto de pesquisa” (BAPTISTA, 1999, p. 37), foi também realizada pesquisa de campo baseada em documentos de fontes primárias (como os relatórios multiprofissionais e o instrumental técnico-operativo do Serviço Social, denominado ficha de Atendimento Social). Foi realizado, assim, estudo exploratório, que, segundo Gil (2008), tem como principal finalidade proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo na busca de desenvolver, esclarecer e alterar conceitos e ideias.



A análise das informações considerou as categorias selecionadas e estudadas, as quais foram imprescindíveis para estabelecer a relação teoria e prática.

## **2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E SERVIÇO SOCIAL: A REALIDADE SOCIAL DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO NAAE COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE**

### **2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL E FAMÍLIA: APONTAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL**

Na década de 90 do século XX, o país passa por mudanças no cenário político, econômico e social, e se apropria de medidas estratégicas – de carácter neoliberal – visando a sua entrada no mercado internacional. Na área da educação, criam-se leis a fim de que a educação brasileira se “enquadre” nos “moldes universais”/internacionais por meio de diretrizes gerais, conforme pode ser observado na Lei de diretrizes e bases da Educação.

Essas diretrizes subsidiaram a elaboração de políticas públicas específicas, expandindo, dessa maneira, o acesso das Pessoas com Deficiência (PcD) a direitos sociais. Dentre essas diretrizes, pode-se observar o que

está disposto no Art.1º da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015<sup>8</sup>: PcD é aquela pessoa que, em interação com distintas barreiras, possui impedimentos de longo período seja de natureza física, mental, intelectual ou mesmo sensorial, e que este impedimento venha obstruir sua participação, de maneira plena e efetiva, em igual condições com outras pessoas na sociedade.

Assim, na perspectiva de dirimir as desigualdades, expressões da questão social, que se manifesta na sociedade por meio das relações de exploração do capital sobre trabalho envolvendo educação, condições de vida, cultura dentre outros aspectos, surgem as primeiras iniciativas diferenciadas direcionadas para as PcD, inclusive suas famílias.

### 2.1.1 O perfil das famílias atendidas no NAEE

A concepção de família vai sofrendo transformações ao longo do tempo. Isso porque essas mudanças incentivaram debates no que concerne à igualdade e liberdade no âmbito familiar. Com esse novo viés

---

<sup>8</sup> Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

prevalectem os laços de afeto para além da consanguinidade, devendo permearem a união e o respeito entre seus membros, o que pode assegurar a particularidade e a singularidade de cada família, independentemente de sua tipificação.

O papel do profissional de Serviço Social se faz necessário nesse cenário, pois é de suma importância para a compreensão da realidade social em que estão inseridas as famílias. De acordo com Santos (2018), o cotidiano familiar e escolar dos alunos e de seus familiares é o lugar em que o profissional de Serviço Social pode intervir, visto que nele é possível perceber as expressões da questão social como: desemprego, violência doméstica, violação de direitos de crianças e adolescentes, moradias insalubres, saneamento e saúde precários, renda insuficiente, drogadição entre outros.

Dessa forma, percebe-se que a relação do Serviço Social com a família é “estrita” e histórica. Isso porque, desde a gênese da profissão, a família é um sujeito privilegiado em seu fazer profissional, e, cada vez mais, esse fazer requer um conhecimento tanto teórico quanto metodológico, para atuar de forma ética no que concerne à proteção social das famílias. Portanto, torna-se

necessário analisar a família a partir de uma perspectiva crítica por se tratar de uma instituição social. Não se trata do aspecto biológico/“natural”, somente; mas, também, de um processo social e cultural, construído e reconstruído historicamente.

Não se pode ter uma visão apenas “funcional” ou “sistêmica” da família, mas, a partir de suas relações e subjetividades, visto que a família tem um papel essencial na história, por se tratar da socialização primária, isto é, do primeiro contato pessoal entre os seus membros. Nesse sentido, é a família que cria a primeira “identidade social” por ser a primeira instituição na vida das pessoas.

Nesse contexto, percebe-se que a família é, portanto:

um espaço altamente complexo, que constrói e reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações de negociações que se estabelecem entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado (MIOTO, 2013, p. 3)

Verifica-se que diferentes formas de pensar a família foram se constituindo ao longo do tempo. Pode-se relacionar essa realidade a grandes transformações

econômicas, culturais e sociais que resultaram mudanças também na estrutura do arranjo familiar. Apesar do contexto contemporâneo, em particular a partir do século XX, é possível observar marcas originárias da chamada família patriarcal – em que havia uma presença acentuada de servidão de seus membros a uma figura masculina e que exercia um certo “poder de autoridade” frente aos outros membros da família. A propósito, Simionato (2003) afirma que, a partir da década de 60 deste século, há um aumento do quantitativo de casos de separações de casais e, por conta disso, há um enfraquecimento da igreja no que diz respeito a casamentos “até que a morte nos separe”.

Com esse momento particular, novos arranjos familiares surgem: relacionamentos diversos; parcerias distintas; mães e pais que passam a chefiar a família de forma individual; famílias numerosas com diversas pessoas coabitando sob o mesmo teto; inclusive casais homoafetivos, os quais passam a conquistar direitos ao matrimônio e a adoção de filhos. Desse pluralismo de concepções a respeito da categoria família, pode-se afirmar que as relações de parentesco resultam do pacto de três aspectos básicos: “a descendência entre pais e filhos; a consanguinidade entre irmãos e a afinidade a

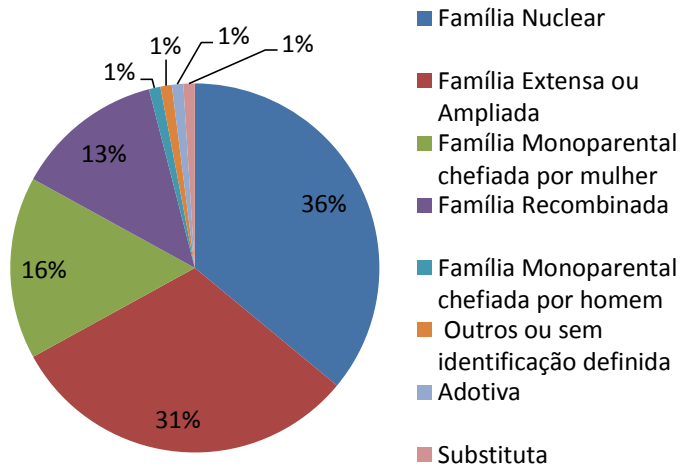
partir do casamento, sendo a família considerada como um grupo social por meio do qual se realizam esses vínculos” (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2013, p. 12). Sendo assim, esses três aspectos são importantes para compreensão de laços de parentesco.

#### 2.1.1.1 *Tipos de família*

Foi possível identificar o perfil de 600 (seiscentas) famílias, atendidas entre 2014 e 2017. A partir dos dados a respeito das categorias: tipificação familiar, benefícios socioassistenciais, renda e habitação, foi possível obter resultados significativos para a reflexão do profissional de Serviço Social, especificamente, daquele que se encontra na Educação Especial.

A análise dos resultados está descrita abaixo, quantitativamente e qualitativamente. No que concerne aos tipos de famílias atendidas pelo Serviço Social no NAAE, é possível observar:

## Tipos de famílias atendidas NAAE (2014 – 2017)



Fonte: própria, 2018

A pesquisa revelou que das 600 famílias atendidas:

- 36% destas podem ser tipificadas como **Família Nuclear**, que, segundo Caniço (2014) é aquela relacionada à união entre adultos e um só nível de descendência pais (mãe e pai) e filho(s). Filhos frutos do próprio relacionamento e que vivem juntos sob o mesmo teto.

- 31% podem ser classificadas como **Família Extensa ou Ampliada**, em que coabitam ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, para além de progenitor(es) e/ ou seu(s) filho(s). Nesse tipo de família é comum coabitarem avós, primos, tios em um mesmo espaço, em uma mesma casa/teto/residência.
- 16% podem ser identificadas como **Família Monoparental chefiada por mulher**, que, se trata da família em que, no lar, vive um único progenitor com seus filhos que não são ainda adultos. Nesta ocasião, trata-se de um lar em que a mulher assume a responsabilidade sozinha de toda a dinâmica familiar – portanto, não exclusivamente financeira. Ela é a pessoa responsável seja financeiramente ou “afetivamente” por seus filhos.
- A **Família Recombinada** ficou com um quantitativo de 13%. Esta configuração familiar diz respeito àquela família em que se institui uma nova união conjugal com ou sem



descendentes de relações anteriores, de um de seus cônjuges.

- E ainda, no quantitativo de 1%, tem-se: a **Família Monoparental chefiada por homem**. Nesta, vive um único progenitor com seus filhos. Porém o homem é o único responsável por eles – seja financeira ou “afetivamente” – redefinindo seu papel na dinâmica familiar.
- Também foi possível identificar que 1% das famílias não foi classificado, tendo em vista que essas famílias poderiam ser “identificadas” em mais de um tipo. Porém, nessas famílias, identificou-se a **Família com Fantasma**, que é representada pelo desaparecimento de um de seus membros de forma definitiva (falecimento) ou dificilmente reversível (divórcio, rapto, desaparecimento contínuo desconhecido), mas que esse membro ausente continua “presente” na dinâmica familiar, dificultando a sua reorganização e impedindo, de certa maneira, o desenvolvimento individual dos

restantes membros. Nesse caso, ao que parece, há um sentimento de “não aceitação do fato” ou há uma espera pelo retorno daquele ente querido.

- Ainda o quantitativo de 1% representa a **Família Adotiva**, que Sousa (2011) afirma ser aquela em que a adoção parte do desejo de um indivíduo possuir legalmente como filho ou filha uma criança – ou adolescente – que não foi gerada por nenhum dos membros envolvidos no processo de adoção, porém os direitos familiares são reconhecidos integral ou parcialmente.
- Identificou-se também que 1% se “enquadra” na **Família Substituta**, sobre a qual o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 28, afirma que a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independe da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da lei, e Daher (1998) esclarece que a família substituta é aquela que se propõe trazer para dentro da própria unidade

familiar, “uma criança ou adolescente que por qualquer circunstância foi desprovido da família natural, para que faça parte integrante dela e nela se desenvolva” Assim, a família substituta é considerada uma unidade familiar, pois substitui a família natural no que diz respeito aos benefícios originalmente emanados aos descendentes.

Nesse contexto, a família não é mais a mesma de décadas anteriores, visto que ela passou por um processo social o qual ela acompanha, adaptando-se e readaptando-se. Considerando-se os arranjos familiares, não se pode pensar a família nela mesma, pois é preciso considerar o contexto social. Dessa forma, pensar a família em novos arranjos familiares, é pensar a família na pluralidade.

É necessário, portanto, discutir família fora da perspectiva “moralizadora”, “positivista”, haja vista que por muitos anos se utilizou termos como “estruturada” e “desestruturada”. O profissional de Serviço Social precisa pensar para além do que está posto, pois afirmar que uma família é “desestruturada” é não pensar em suas condições

sociais e econômicas, determinadas pelo sistema capitalista.

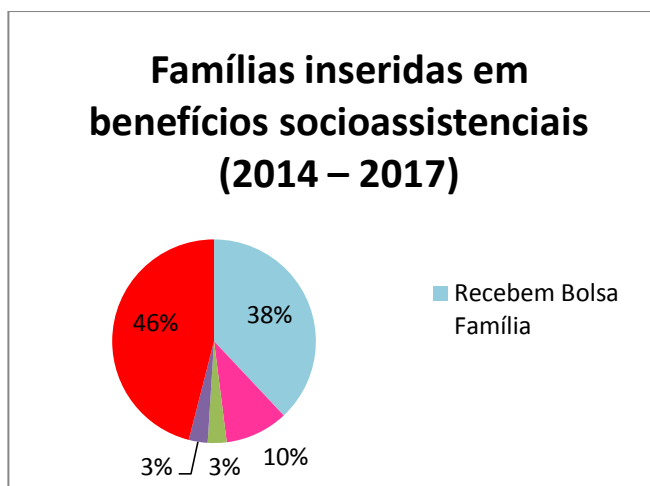
Além do mais, não se deve pensar que existe um “padrão” a seguir. Segundo Campos (2018), é preciso pensar a família tanto como um espaço de harmonia, de bem-estar, como um espaço contraditório. Para isso, é preciso considerar as atribuições do Serviço Social, no sentido de construir um campo de conhecimentos organizado que permita amparar o exercício da profissão com famílias em uma lógica de proteção e que, na realidade, possa concretizar o projeto ético político profissional (MIOTO, 2010).

Sendo assim, o profissional de Serviço Social na educação especial, especificamente no NAEE, tem suas atribuições em prol do acesso à garantia dos direitos sociais dessas PcD bem como de suas famílias. A propósito, as famílias de PcD são de certa maneira sobrecarregadas e têm uma responsabilidade muito maior que outras famílias, visto que estas PcD precisam ter acesso à **educação especial** na rede regular de ensino, fazendo-se necessário, portanto, sua inclusão enquanto sujeito de direitos. E esse acesso poder ser efetivado a partir dos aparatos legais, dentre as quais as Leis de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Lei de Inclusão.

#### 2.1.1.1.2 Os *benefícios socioassistenciais*

Em relação aos benefícios socioassistenciais das famílias atendidas no NAEE do período em questão, obteve-se o seguinte resultado:



Fonte: própria, 2018

O gráfico acima demonstra que aproximadamente 38% das famílias recebem o programa de transferência de

renda Bolsa família<sup>9</sup>; 10%, o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>10</sup>; 3%, ambos os benefícios; 3% outros tipos de benefícios; e 46% não recebem nenhum tipo de benefício ou não estão inseridos em nenhum programa governamental.

Diante desses dados, é possível identificar um quantitativo considerável em relação àquelas famílias que não recebem ou não estão inseridos em programas sociais/governamentais. Apesar dessa realidade, o Serviço Social, ao atender uma família que esteja em situação de vulnerabilidade social<sup>11</sup> e esteja dentro dos

---

<sup>9</sup> O Programa Bolsa Família atende às famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza. Foi utilizado um limite de renda para definir esses dois patamares: todas as famílias com renda por pessoa de até R\$ 89,00 mensais; e famílias com renda por pessoa entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. Informações disponíveis em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/cidadao>. Acesso em: 20 fev.2019.

<sup>10</sup> O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que não têm condições de se sustentar ou de serem sustentados pela família. Importante destacar: a concessão deste benefício depende que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa. Informações disponíveis em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/cidadao>. Acesso em: 12 fev.2019.

<sup>11</sup> Vulnerabilidade social de acordo com o dicionário crítico de assistência social (CRUZ, 2016) se origina do latim *vulnerabilis*, que significa causar lesão, provocar dano. Por isso, vulnerabilidade tem um

critérios definidos pelo governo federal para, por exemplo, ser beneficiário do Bolsa Família, orienta sobre seu direito e, quando necessário, também a encaminha à rede socioassistencial para que seu direito seja efetivado.

Vale ressaltar que muitas dessas famílias que recebem o BPC e o Bolsa Família sobrevivem apenas com esses benefícios, que lhes garanti o mínimo existencial. Desta forma, mesmo que essas famílias tenham acesso a esses programas, continuam sujeitos à vulnerabilidade social e à pobreza, que estão diretamente ligadas à desigualdade e a má distribuição de renda, presente na sociedade capitalista (ESTIVILL, 2003).

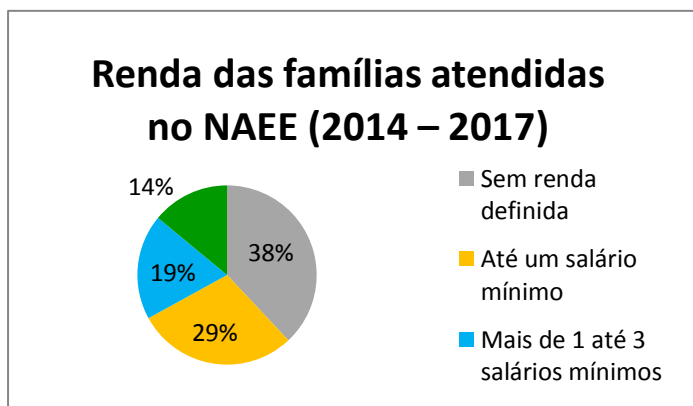
Os benefícios socioassistenciais são compostos de serviços destinados à superação de situação de vulnerabilidade social e enfrentamento à pobreza resultante da falta de acesso a serviços públicos e a direitos sociais. Pode-se garantir que esses benefícios atuam de forma significativa no sustento de diversas

---

sentido negativo, que está relacionada a uma ideia de perda. Segundo a definição de Abramovay et al. (2002) a vulnerabilidade social se refere à situação na qual os recursos e habilidades de um determinado grupo são insuficientes e/ou inadequados para manejar as ofertas sociais, as quais possibilitariam ascender a maiores níveis de bem-estar ou reduzir a probabilidade de deterioração das condições de vida dos atores sociais.

famílias do país. E, de certa forma, têm contribuído para a redução da pobreza, entretanto, ainda não são capazes de promover a autonomia de seus beneficiários no que concerne à qualidade de vida ou mesmo de melhor condição econômica e/ou social.

Identificaram-se também aspectos sociais vivenciados pelas famílias, particularmente à situação socioeconômica – no que concerne à renda familiar, apresentando os seguintes resultados:



Fonte: própria, 2018.

Diante do gráfico, pode-se perceber que 38% das famílias não têm renda definida; 29% recebem até 1 salário mínimo; 19% recebem mais de 1 até 3 salários mínimos; e 14% recebem mais de 3 salários mínimos. Assim essas famílias se encontram em situação de vulnerabilidade



social e por isso muitas delas sobrevivem do trabalho informal ou dependem de outras pessoas ou, ainda, em se encontram em situação de grande dificuldade, por estarem desempregadas.

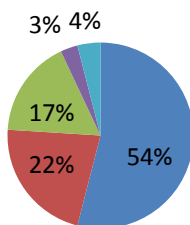
Dados do IBGE (2016) mostram que, na população de Belém, a taxa de desemprego e pobreza é de 40,60%. Assim, é imprescindível fazer uma análise mais profunda e perceber que um dos fatores que pode contribuir para essa realidade são as consequências da crise econômica como o crescimento desmedido do desemprego e empobrecimento generalizado da classe trabalhadora, conforme aponta Mota (2011), que tornam o homem e a mulher cada vez mais vulneráveis na sociedade.

Por isso, Gomes; Pereira (2004) afirmam que a pobreza, a miséria e a falta de perspectiva de um projeto existencial que vislumbre a melhoria da qualidade de vida impõem a toda a família uma luta desigual e desumana pela sobrevivência cotidianamente.

Em relação à habitação, foi possível perceber a realidade das famílias atendidas no NAAE

## Situação habitacional das famílias atendidas no NAAE (2014 – 2017)

■ Própria ■ Alugada ■ Cedida ■ Outras ■ Não informada



Fonte: própria, 2018.

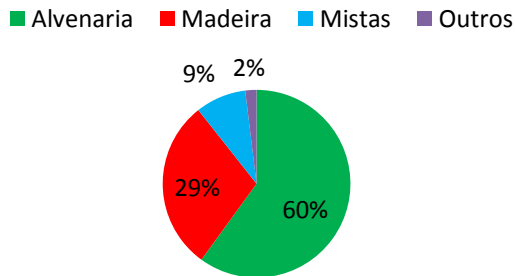
O gráfico acima mostra que a maioria das famílias residem em casa própria, totalizando 54%; 4% não possuem informações relevantes em seus relatórios ou não informaram; 22% moram em casa alugada; 17% habitam em casa cedida por amigos e/ou conhecidos, em sua maioria, familiares. E, apenas 3% correspondem a outros tipos de habitação, como assentamento, ocupação irregular e financiamento.

É importante destacar que essa realidade não significa dizer que essas residências sejam regularizadas. Isto porque o sistema de posse de terra no Brasil, de modo especial no contexto amazônico, é muito complexo em

virtude tanto de seu espaço geográfico – por estar inserido em uma área tropical – quanto do histórico de ocupação como de interesses conflitantes existentes concernentes à utilização do território (ESPINOZA, 2018).

Diante disso, pode ser que a concepção que essas famílias tenham a respeito de casa própria seja aquela da qual a família “tomou posse”, mesmo que esta seja caracterizada como “irregular”, em virtude de estar situada em um local inadequado ou mesmo por ter sido comprada “legalmente”. Essa realidade se reproduz pelo fato de o Estado não efetivar as políticas urbanas conforme estabelecem as leis.

## Tipos de construção das famílias atendidas no NAAE (2014 – 2017)



Fonte: própria, 2018.

Quanto à tipificação habitacional, 60% das famílias residem em casas de alvenaria; 29% moram em casa de madeira; 9% possuem residências mistas, ou seja, compostas por mais de um tipo de material de construção, como por exemplo: madeira e alvenaria. E somente 2% compõem a categoria outros, na qual se destacam construções de barro e tipificação não informada.

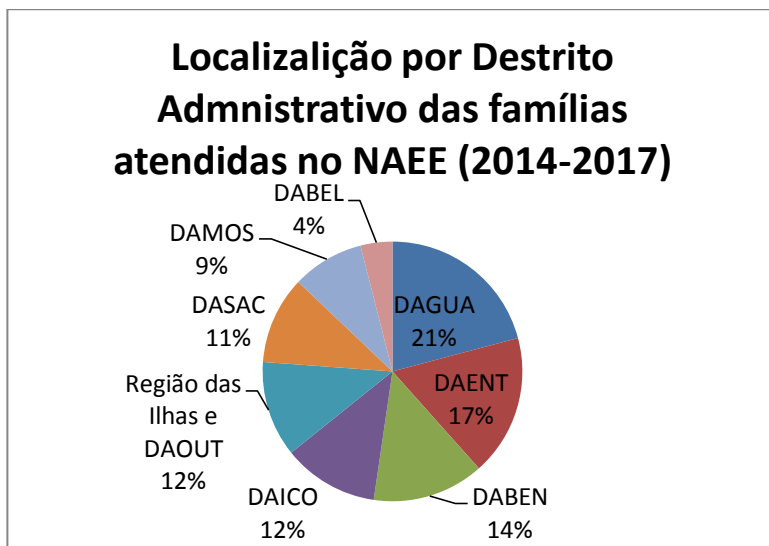
Refletindo sobre esse o tipo de habitação preponderante na pesquisa é possível fazer uma análise a respeito de como determinadas construções em locais impróprios podem acarretar risco para a vida dessas

famílias. Essa realidade ocorre em virtude de grande parte das residências, construídas nos bairros periféricos, não terem um responsável técnico pela obra. Assim, a construção em alvenaria não representa que seja uma moradia de qualidade.

Outros aspectos foram importantes para dar mais visibilidade e ampliar a pesquisa. Em relação à iluminação pública, 79% das ruas das famílias possuem acesso a esse tipo de serviço – apesar de as famílias não se mostrarem satisfeitas, pois, segundo disseram, esse serviço é precário, em virtude da baixa qualidade das condições de energia elétrica fornecida pela concessionária; apenas 16% ainda não desfrutam desse direito; e 5% não souberam ou não quiseram informar.

Outro aspecto que não fez parte do objetivo inicial da pesquisa, mas que surgiu durante o seu desenvolvimento, foi o saneamento básico, o qual teve como resultado: 62% das famílias habitam em locais que possuem esse serviço; 32% habitam em locais que não possuem a rede de tratamento de esgoto; e somente 6% não sabiam ou não tinham informações sobre o assunto. É importante destacar que, apesar de a pesquisa apresentar um quantitativo significativo de famílias as quais dizem ter

acesso ao saneamento básico, essas famílias, ao que parece, não possuem conhecimento suficiente em relação ao que possa compor o saneamento básico, que vai muito além do simples esgoto que passa pela rua, por exemplo.



Fonte: própria, 2018.

Um aspecto importante também observado foi quanto à localização dessas famílias:

- ✓ 21% residem no Distrito Administrativo do Guamá – DÁGUA, composto pelos bairros Jurunas, Terra Firme, Condor, entre outros;

- ✓ 17% moram no Distrito Administrativo do Entroncamento – DAENT, constituído pelos bairros Aurá, Curió-Utinga, Val-de-Cães entre outros;
- ✓ 14% habitam no Distrito Administrativo do Benguí – DABEN, no qual estão os bairros Cabanagem, Coqueiro, Pratinha, Tapanã entre outros;
- ✓ 12% situam-se no Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO, composto pelos bairros Agulha, Paracuri, Tenoné, entre outros.
- ✓ Com mesmo percentual encontra-se a categoria OUTROS, na qual se destaca o Distrito Administrativo de Outeiro – DAOUT, e REGIÃO DAS ILHAS;
- ✓ 11% residem no Distrito Administrativo da Sacramenta – DASAC, onde se encontram os bairros de Fátima, Barreiro, Pedreira, Telégrafo, entre outros;
- ✓ 9% habitam no Distrito Administrativo de Mosqueiro – DAMOS, composto pelos bairros Ariramba, Bonfim, Farol, etc.;

- ✓ E, apenas 4% pertencem ao Distrito Administrativo de Belém – DABEL, onde se localizam os bairros Cidade Velha, Nazaré, São Brás e outros.

Percebeu-se que um quantitativo pequeno reside no DABEL. Isto se deve ao fato de as escolas que compõem esse distrito se localizarem em bairros que ficam no centro da capital e o número de escolas da rede municipal ser menor em relação ao dos outros bairros que compõem as periferias da cidade.

Além disso, a concentração em determinados distritos e/ou bairros pode estar relacionada à falta de condições de moradia e serviços adequados, resultantes da desigualdade social, gerando uma segregação socioespacial urbana, que pode impedir que as famílias da educação especial de Belém venham a exercer sua função social, visto que, na parte central da cidade – onde residem famílias com um alto poder aquisitivo – há acesso a habitações e equipamentos públicos de qualidade que faz com que esse espaço seja valorizado de forma diferenciada (NEGRI, 2008).



## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Foi observado que os benefícios socioassistenciais concedidos às famílias atendidas no CRIE -- NAAE, no município de Belém – PA, realmente auxiliam e/ou dão o suporte necessário para a sobrevivência dessas famílias, oferecendo-lhes oportunidades de acesso a bens e serviços, assim como de inclusão social, especificamente, no Programa Bolsa Família e no BPC.

Percebe-se a importância desses benefícios para as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, reforçando o acesso à educação, à saúde e à assistência social, apesar, claro, de não serem suficientes para uma vida de qualidade. Apesar desses direitos serem assegurados por políticas públicas, ainda não asseguram a essas pessoas aplicabilidade eficaz, pois para que essas políticas se tornem eficientes é necessário também uma mudança de concepção para que o processo de inclusão seja efetivado no sentido de respeitar as diferenças, de fato.

Foi possível perceber que o assistente social tem conquistado um espaço significativo nesse âmbito, norteado pela ética profissional, cabendo a ele esclarecer

a essas famílias sobre seus direitos sociais bem como os meios aos quais essas têm acesso.

A pesquisa foi determinante para a compreensão do perfil das famílias que hoje se encontram na educação especial da Rede Municipal de Ensino, de Belém – PA, articulado ao Serviço Social, no sentido de também criar cada vez mais possibilidades de estudos posteriores.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. *In: Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras, 1999.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém – 2016 *In: Portal/SEMEC, 2009*. Acesso em: 16 mar 2019.

BRASIL. **BPC**. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/cidadao>. Acesso em: 20 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Legislação e Instruções. Disponível em:

<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 19 out. 2018.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social**, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei de diretrizes e bases da Educação (Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 12 dez. 2018.

CANIÇO, H.P. **Os Novos Tipos de Famílias e o novo Método de Avaliação em saúde da pessoa – Apgar Saudável**. V.1, FMUC, Coimbra, 2014.

CFESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação. 3 **Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. 2014. [http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_SU\\_BSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SU_BSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf). Acesso em: 10 maio 2018.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; HILLESHEIM, Betina. *In: Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil/ Rosa M. C. Fernandes, Aline Hellmann, organizadoras. – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública).*

DAHER, M. Pestana. [Família substituta](#). **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, [ano 3, n. 27, 23 dez. 1998](#). Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/1655>>. Acesso em 16 nov. 2018.

ESPINOZA, Jorge. **Regularização Fundiária – Terra Legal**. Agosto 2018. Disponível em: [https://www.giz.de/en/downloads/Terra\\_Legal\\_BMZ\\_PT.P\\_DF](https://www.giz.de/en/downloads/Terra_Legal_BMZ_PT.P_DF). Acesso em: 10 dez. 2018.

ESTIVILL, Jordi. As estratégias que enfrentam a exclusão social. In: **Panorama da luta contra a exclusão social: conceitos e estratégias**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, Programas estratégias e técnicas contra a exclusão social e a pobreza, 2003. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/panorama.pdf>> Acesso em: 19 mar 2018.

FREITAS, R.C.S.;BRAGA,C.D.;BARROS,N.V. Famílias e serviço social: algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, M.J.O. ALENCAR, M.T(org.). **Família e**

**Famílias: Práticas Sociais e Conversações Contemporâneas.** 2ª. Lumen Juris, RJ, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 6.ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. **Família em situação de vulnerabilidade social:** uma questão de políticas públicas. (2004). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2>. Acesso em 13 de dez 2018.

IBGE. **Cidades. Panorama, 2016.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/belem/panorama>. Acesso em 22 jan 2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAYO, M.C. (org.). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 18ª. ed, Vozes, Petrópolis, 2001.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Trabalho com Famílias: um desafio para os Assistentes Sociais. Santa Catarina: **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 3, dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *In: Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 12, n. 2, p. 163-176, jan./jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Família e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. *In: Família & Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

MIRANDA, Núbia Cristina Assunção; MATOS, Noelle Oliveira Gomes. Educação Especial e Inclusão e o Processo de implementação do Serviço Social no Centro de Referência em Inclusão Educacional Gabriel Lima Mendes em Belém/PA: relato de experiência no Núcleo de Avaliação Educacional Especializada. *In: I Encontro de Produção Científica em Serviço Social na Educação*. URB: Bahia, 2013.

\_\_\_\_\_. A Contribuição e o Processo de implementação do Serviço Social no Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes”/CRIE em Belém/Pa: experiência na educação especial por meio do Núcleo de Avaliação Educacional Especializada/NAEE. *In: XVI ENPESS*. UFES: Junho, 2018.

MOTA, Ana Elizabete. As crises contemporâneas e as transformações na produção capitalista *In: Revista Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS, 2009.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação sócio-espacial: Alguns Conceitos e Análises. **COLETÂNEAS DO NOSSO TEMPO**, Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008.

SANTOS, C.C.P.R. **Famílias na Educação Especial: reflexões a partir do serviço social no NAAE em Belém-Pará**. TCC FIBRA, 2018.

SOUSA, A. A. de. **Adoção no Brasil e as principais mudanças com a Lei 12.010/09**. FORTALEZA, 2011.

Disponível em:

<http://ww2.faculdaescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/DI/R/ADOCACAO%20NO%20BRASIL%20E%20AS%20PRINCI PAIS%20MUDANCAS%20COM%20A%20LEI.pdf>.

Acesso em: 20 nov. 2018.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral. Funções e Transformações da Família ao longo da historia. *In: I Encontro Paranaense de PsicopedagogiaABP*. Nov.2003.

# COOPERATIVISMO E SERVIÇO SOCIAL: A ORGANIZAÇÃO DOS/AS TRABALHADORES/AS DE COLETA SELETIVA NA COOPERATIVA FILHOS DO SOL EM BELÉM DO PARÁ

Michele Lima de SOUZA<sup>12</sup>

Bárbara Pereira BRITO<sup>13</sup>

Cintia de Cássia Pantoja Rodrigues dos SANTOS<sup>14</sup>

Diana Andrade de LACERDA<sup>15</sup>

Plínio André Andrade da SILVA<sup>16</sup>

(Centro Universitário Fibra)

## RESUMO

O referido artigo resulta do primeiro projeto de investigação científica, do Centro Universitário Fibra, realizado de março de 2017 a fevereiro de 2018. A motivação foi retomar uma experiência de 2004 na Cooperativa de Trabalhadores Profissionais do Aurá (COOTPA). O objetivo de apresentar a organização dos/as trabalhadores/as de coleta seletiva na Cooperativa Filhos do Sol, em Belém do Pará, foi

---

<sup>12</sup> Assistente social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); Docente do Centro Universitário FIBRA (2016 – 2019); [micheleassist@gmail.com](mailto:micheleassist@gmail.com)

<sup>13</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [barbarazpereira@gmail.com](mailto:barbarazpereira@gmail.com)

<sup>14</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [cassialindinha2215@gmail.com](mailto:cassialindinha2215@gmail.com)

<sup>15</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [dianalaralinda@gmail.com](mailto:dianalaralinda@gmail.com)

<sup>16</sup> Ex-orientando de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [plinioandre12@gmail.com](mailto:plinioandre12@gmail.com)



garantido por meio de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, subsidiado na pesquisa bibliográfica, com visitas técnicas, entrevistas e aplicação de questionário socioeconômico, observação e roda de diálogos. Seu resultado mostrou que o trabalho em cooperativas populares na tendência da coleta seletiva é necessário, urgente e deve acontecer com mais responsabilidade por parte do poder público, principalmente, para dar conta da dinâmica do cuidado com o meio ambiente e garantir trabalho e geração de renda. Políticas públicas de diversas naturezas, de trabalho, saúde e educação precisam ser aplicadas nesse cenário ímpar de busca pela cidadania.

**Palavras-chave:** Cooperativismo; Serviço Social; Organização do trabalho.

## **ABSTRACT**

This article results from the first scientific initiation project of Centro Universitário Fibrá, applied from March 2017 to February 2018. The motivation was to resume an experience from 2004 at Cooperativa de Trabalhadores Profissional do Aurá (COOTPA). The objective of presenting the organization of selective collection workers at Cooperativa Filhos do Sol, in Belém do Pará, was guaranteed through an exploratory study, qualitative approach, subsidized in bibliographic research, technical visits, interviews and questionnaire application. socioeconomic status, observation and dialogue. Its result showed that the work in popular cooperatives in the tendency of selective collection is necessary, urgent and must happen with more responsibility on the part of the

public power, mainly, to take care of the dynamics of the care with the environment, and guarantee work and income generation. Public policies of different natures, work, health and education need to be applied in this unique scenario of the search for citizenship.

**Key words:** Cooperativism; Social service; work organization.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é produto do primeiro projeto de investigação científica que realizei no Centro Universitário Fibrá, de março de 2017 a fevereiro de 2018. O interesse pela problemática decorre de uma experiência tida no ano 2004, como graduanda do Curso de Serviço Social da UFPA, junto à primeira cooperativa<sup>17</sup> de catadores/as de

---

<sup>17</sup> O texto “As cooperativas de coleta seletiva como instrumentos de promoção da cidadania para os cooperados” apresenta de forma sucinta e muito produtiva sobre a constituição das cooperativas no mundo — experiência da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 21 de dezembro de 1844, na cidade inglesa de Rochdale, Manchester em 1914, e, no Brasil, com a fundação, por imigrantes europeus, da primeira cooperativa de agricultores, na cidade paranaense de Teresa Cristina, em 1847. Trata ainda de desenvolver sobre cooperativas de coleta seletiva se empenhando em diferenciar os conceitos de lixo e resíduos sólidos, que *a priori* parecem ter o mesmo conceito, mas, de outra forma, podem-se diferenciar da forma com que sejam aplicados. Assim, o lixo é tudo que não possa ser reaproveitado e consiste em todo tipo de resíduo produzido diariamente por pessoas e organizações, incluindo tanto materiais orgânicos quanto potencialmente recicláveis. “Por

lixo de Belém do Pará e região metropolitana, a Cooperativa de Trabalhadores Profissionais do Aurá (COOTPA). Oportunidades como essa possibilitam ampliação do conhecimento e promoção de áreas de atuação que requerem o atendimento do profissional de Serviço Social.

Essa experiência abriu espaço para trabalho voluntário durante três meses, no Programa Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (ITCPES), no Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). Isso oportunizou conhecer a investigação científica, ingressar em projeto de

---

seu turno, os resíduos sólidos recicláveis são justamente aqueles materiais passíveis de reaproveitamento, devidamente separados e disponibilizados para a coleta seletiva, e que se inserem como produto ou matéria-prima da cadeia de reciclagem” (NEVES; SOUZA; SOUZA, 2014, p. 6). Esse texto garante uma reflexão de que as cooperativas de coleta seletiva são instrumento de cidadania enquanto significado de participação ativa nos assuntos da coletividade. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) faz menção ao termo e à condição de cidadão brasileiro em diversas outras passagens, que reforçam o valor desse conceito para a consignação dos fins do país (NEVES; SOUZA; SOUZA, 2014). Desse modo, no cenário político, econômico e social da atualidade, em que predominam os interesses e ideal do modo de produção capitalista, o cooperativismo se coloca como alternativa de trabalho, contrapondo a noção de propriedade privada e de domínio dos meios de produção, que deve primar por valores tais como: solidariedade, equidade, autogestão e empreendedorismo, e que seus membros devem reconhecer o real valor do trabalho que desempenham.

extensão, e obter experiência na graduação e pós-graduação, alcançando, inclusive, o mestrado<sup>18</sup>.

Naquela ocasião o Serviço Social integrava a equipe do PITCPES, composta também por profissionais dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, entre outros, que agregavam a equipe na medida em que se desenvolviam projetos de diferentes realidades de trabalho (Nutrição, Engenharia de Alimentos, Arquitetura etc.), conforme a realidade de cada grupo popular, desde a COOTPA, associações ou cooperativas da agricultura familiar, na área de confecção ou manipulação de alimentos, entre outros.

Em Belém a COOTPA<sup>19</sup> foi a primeira cooperativa da cidade, criada em 2001, contando com 39 membros

---

<sup>18</sup> Mote do artigo a partir da experiência de uma das autoras, assistente social, professora e mestra Michele Lima de Souza.

<sup>19</sup> Ricardo Antunes (1999) para entender a noção ampliada de classe trabalhadora utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” com objetivo de atribuir validade contemporânea ao conceito que Marx outrora já relacionava à classe trabalhadora. É uma forma analítica sobre o trabalho que se relaciona a noção de classe para entender o sentido atual da classe trabalhadora, haja vista que há uma afirmação de que a noção do homem pela sua condição de trabalhador explorado, expropriado de direitos sociais, tenha se perdido com o passar no tempo e se intensificado na história contemporânea. Sendo assim, o autor, por meio da expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, almeja dar sentido amplo ao ser social – homem que trabalha – que é intrínseco a uma classe trabalhadora hoje, compreender sua efetividade, sua processualidade e concretude para assim poder se afirmar socialmente. Mediante as contribuições deste autor, Gomes (2008) nos leva a

cooperados. Sua gênese deve-se à iniciativa do governo municipal em 1997. De acordo com seu estatuto, servia para limpeza e serviços de prédios públicos bem como operacionalização do centro de triagem, reciclagem e compostagem de resíduos e outras atividades profissionais, envolvendo programas e ações a citar: Ver-o-Rio, Sementes do amanhã e coleta seletiva em shopping center e Relatório técnico do PITCPES, 2004.

A partir da experiência na COOTPA, este artigo se revela na oportunidade de aprofundar o conhecimento na área do trabalho, considerado o mais importante para o desenvolvimento humano e capaz de garantir a vivência e sobrevivência de pessoas “socialmente invisíveis”. Sendo assim, apresenta-se que área do trabalho pode ser desenvolvida em instâncias pública ou privada, pelo Serviço Social, que se acentua na dimensão de apreender

---

refletir sobre a organização do trabalho na contemporaneidade, uma consequência das condições contraditórias da globalização da economia, que fez surgir novos sujeitos revolucionários, fruto da fragmentação social acarretada pela reestruturação produtiva. Um fenômeno que atravessa as sociedades atuais e atinge de diversas maneiras, a depender do espaço que cada qual apresenta no cenário da economia mundial, um processo que não desconsidera os catadores de materiais reciclados aqui referenciados. É uma conjuntura que a autora considera ter sido agravada pelo fato de não se ter instalado um sistema de proteção social capaz de integrar minimamente a população por meio da garantia de direitos, apesar de algumas conquistas e da organização da sociedade civil, e instituições que a representam.

e promover o trabalho desenvolvido por camadas populares que estão à margem socialmente, sem condições de prover sua sustentabilidade e de seus dependentes, tornando importante refletir sobre a organização dos/das trabalhadores/as de coleta seletiva, em um bairro periférico da capital Belém do Pará, tendo lócus, específico a Cooperativa Filhos do Sol<sup>20</sup>.

Os aspectos teóricos mais importantes que fundamentaram esta produção consideraram a categoria trabalho um norte para as discussões e o processo de formação do Serviço Social, pois é uma categoria por meio da qual o homem garante sua vida, afirmado por Antunes (1999) uma forma de produção e reprodução humana.

Assim, o principal objetivo foi apresentar a organização dos/das trabalhadores/as de coleta seletiva na Cooperativa Filhos do Sol, enquanto necessidade imprescindível de geração de trabalho e renda. Para tanto foi necessário: perceber como essa organização específica

---

<sup>20</sup> A cooperativa Filhos do Sol está localizada em um prédio da prefeitura municipal de Belém, cito Tv. Pe. Eutíquio nº 2647, bairro Condor. É um local insalubre, que não preza pela qualidade das pessoas, que, apesar de trabalharem diretamente na coleta, separação, e comercialização de materiais recicláveis, têm direito a um local de trabalho limpo, na medida do possível, contando com apoio do poder público no acesso às políticas sociais.

de trabalho tem garantido melhoria das condições de vida aos/as cooperados/as; contextualizar sobre a organização social e econômica dos/das trabalhadores/as; destacar os limites e possibilidades que atravessam na organização do trabalho na coleta seletiva.

Para garantir os objetivos propostos, realizou-se um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, subsidiado a partir da pesquisa bibliográfica, utilizando sites, Ata de fundação da cooperativa, relatórios técnicos, literaturas. Além disso, foram realizadas visitas técnicas, entrevistas e aplicação de questionário socioeconômico com os/as cooperados/das mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), observação e roda de diálogos, de acordo com a metodologia de pesquisa de Gil (2008).

## **2 A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS**

A organização dos/das catadores/as de coleta seletiva no município de Belém não é uma experiência recente, mas passou a despertar interesse por sua ênfase a partir do fechamento dos “lixões” em todo o Brasil; uma necessidade observada no cuidado urgente com o meio

ambiente devido ao uso inadequado e processual do lixo pela população em nível mundial. Dessa forma, por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), normalizada pela Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, que se instituiu diversas incumbências aos gestores públicos, dentre elas, a inserção dos/das catadores/as (aqui se preferiu denominar trabalhadores/as) de resíduos sólidos nesse processo, organizando-os/as em grupos, associações ou cooperativas capacitados a realizar a coleta seletiva de resíduos sólidos.

Enfatiza-se que desde o ano de 2002 os/as catadores/as são reconhecidos no código brasileiro de ocupações como profissional Catador de Material Reciclável. Em 2014 por ocasião da implementação da PNRS, o Lixão do Aurá, em Belém do Pará, era considerado o segundo do Brasil em número de catadores/as.

Em 2010, a Lei Federal 12.305 determinou o fechamento, até agosto de 2014, dos lixões no Brasil. Além disso, era necessário reconhecer os/as catadores/as como trabalhadores/as, por meio de políticas de inclusão social de geração de emprego e renda. No Brasil, os lixões



passaram a ser substituídos por aterros sanitários, e os resíduos recicláveis deixaram de ser enviados para esses locais, mesmo que no ano corrente (2018)<sup>21</sup> a população ainda não tivesse conscientização da separação adequada de todo o lixo produzido nos grupos familiares<sup>22</sup>. Logo, o

---

<sup>21</sup> É importante ressaltar que, desde 1984, iniciou o planejamento do projeto de biorremediação do local que funcionaria como depósito dos resíduos sólidos produzidos em Belém, que, na década de 1990, foi executado de forma precipitada, pois o Aurá começou a receber os rejeitos mesmo sem estar completamente preparado para processá-los e evitar os problemas que foram surgindo. O lixão está dentro do limite geográfico da Área de Proteção Ambiental de Belém, que, embora criada após, em 1993, demonstra de forma inequívoca o conflito de atividades, Santos e Souza (2012). O comprometimento do Lixão do Aurá foi justificado por técnicos especialistas com as seguintes características: nível d'água próximo à superfície ou na superfície, presença de solo mole, cabeceira de drenagem, contígua a cemitério, dentro de área de proteção ambiental e presença de área de várzea. Essas características são somadas à área para a deposição de resíduos sólidos domésticos sendo esta considerada inadequada por não ter sido impermeabilizada para impedir que o chorume (resultado da decomposição da matéria orgânica) escoe em direção à bacia hidrográfica do rio Aurá, que desemboca no rio Guamá a aproximadamente 150 metros da estação de captação de água responsável pela regularização dos lagos Bolonha e Água Preta, fonte principal de água para abastecimento de Belém e Ananindeua.

<sup>22</sup> O fechamento do lixão do Aurá (desde agosto de 2014) ainda causa constrangimento e problemas sociais e ambientais para um Estado que está atrasado em relação às regras da PNRS. Mesmo por intervenção do Ministério Público do Estado, o ano de 2017 foi um período de manifestações contestatórias pela instalação do aterro sanitário no município de Marituba, no qual é despejado o lixo produzido em Belém e região metropolitana. O fechamento do Lixão do Aurá está relacionado a duas problemáticas: o ambiental e o social, aspectos que precisam ser resolvidos, tanto quanto ao destino dos resíduos sólidos, como à qualidade de vida e à melhoria da mão de obra das pessoas que trabalham nos lixões (ainda desenvolvendo

fechamento do Lixão do Aurá foi justificado por especialistas mediante os riscos para o meio ambiente e comprometimento do uso saudável da água dos rios da qual a população se utiliza.

Sendo assim, em 2012, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA, PA) condenou a intenção da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) para a elevação das montanhas de lixo correspondentes a 20 metros (limite final) para 30 metros (equivale a um prédio de 10 andares), pois a pressão adicional de lixo aceleraria o grave problema de infiltração no solo de chorume e lama. Além disso, a problemática do fechamento do lixão girava em torno de um local para depositar quase duas mil toneladas de resíduos sólidos produzidos diariamente na Grande Belém, e município algum da PMB tem local sanitariamente e ambientalmente seguro para isso. Em novembro de 2012<sup>23</sup>, os/as catadores/as foram

---

atividade, segundo informações de trabalhadores da cooperativa Filhos do Sol).

<sup>23</sup> É importante citar que, em 2010, o Governo Federal instituiu o Programa Pró-Catador. Este visava ao fim do trabalho degradante e insalubre em lixões pelo Brasil, o qual, no Pará, foi efetivado em 2012, atendendo todos os municípios paraenses, articulando com 3.240 catadores e suas famílias, promovendo a melhoria de condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Entretanto, ao que parece, não surtiu muito efeito pela observada desorganização dos trabalhadores catadores.

impedidos/das, pela empresa<sup>24</sup> que administra o espaço, de trabalhar. O fato gerou um protesto na entrada do Lixão do Aurá. Mais de cem catadores bloquearam a passagem de veículos por cerca de uma hora, considerado um quantitativo pequeno, em relação ao grupo que ocupava o Lixão. Mas, ainda assim, esta e outras manifestações ocorreram porque as pessoas não admitiam sair do local e declaravam ser a única atividade que sabiam desenvolver.

A arrecadação inadequada de lixo é uma problemática social. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA<sup>25</sup>), Censo 2010, existiam no Brasil em torno de 400 a 600 mil catadores, dos quais apenas 10% estavam relacionados a uma

---

<sup>24</sup> O processo licitatório 17/2012 CPL/PMB/SESAN resultou na contratação da empresa S.A Paulista Comércio e Construções LTDA e sua subsidiária Central de Tratamento de Resíduos Guajará (CTR Guajará), para recuperação ambiental, encerramento do Aterro do Aurá, além de implantação e operação do Centro de Tratamento de Resíduos Sólidos do Município de Belém, prevista para 25 anos, a um custo total de R\$ 823.106.319. O edital visava a transformar o lixão em aterro controlado, no qual ficava proibida a entrada de catadores. No entanto, uma liminar judicial suspendeu a licitação. Mas a CTR Guajará continuou atuando no Aurá em descumprimento à ordem judicial, além de atuar numa área ainda não licenciada ambientalmente.

<sup>25</sup> IPEA. “Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável”. Brasília, 2013. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/1312\\_19\\_relatorio\\_situacaosocial\\_mat\\_recicavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/1312_19_relatorio_situacaosocial_mat_recicavel_brasil.pdf). Acesso em 10/02/2018.

organização, e ainda Cadastro Único. No Pará atuavam 9.961 catadores, sendo 7.507 homens e 2.454 mulheres. Isso significava que 3% da população do Pará viviam nos lixões em péssimas condições de trabalho. Esses dados parecem enfaticamente pequeno e são justificados por Dagnino e Johansen (2017) em “Os catadores no Brasil: características demográficas e socioeconômicas dos coletores de material reciclável, classificadores de resíduos e varredores”, a partir do censo demográfico de 2010, da obra maior, “Economia solidária e Políticas Públicas”<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> “Nesse trabalho, embora a escolha dos indicadores e o método de cálculo de cada um deles tenham se mostrado satisfatórios, a análise foi prejudicada devido a um erro de codificação nos microdados da amostra, que causou uma subestimação do volume de catadores. Utilizando os microdados da amostra do Censo de 2010, do IBGE, foram identificados 171.553 catadores. Todos eles estavam classificados na ocupação de código 9612 (Classificadores de resíduos). Assim, nenhum foi categorizado nas demais ocupações relativas a esse trabalho, como “Coletores de lixo e material reciclável” (9611) e “Varredores e afins” (9613). O fato é que não constam na base de dados os códigos de ocupação 9611 e 9613. Os trabalhadores nessas ocupações foram codificados como 9610, o que não existe nas classificações utilizadas pelo IBGE. Uma hipótese é que esse erro de codificação tenha ocorrido provavelmente no momento de leitura do arquivo TXT contendo os registros do Censo, durante a etapa de exportação para formatos compatíveis com os pacotes estatísticos SAS e SPSS. A identificação do equívoco foi possível graças ao auxílio do pesquisador Sandro Pereira Silva, do IPEA, em decorrência de sua publicação recente sobre o tema (SILVA, 2017) (DAGNINO; JOHANSEN, p. 116 – 117, 2017). O erro foi justificado em erro no sistema de cálculo.

Os resultados apontam que existiam no Brasil, em 2010, 398.348 pessoas ocupadas como “Coletores de lixo” – código de subgrupo 961 da CBO Domiciliar do IBGE. Desse total, 226.795 eram “Coletores de lixo e material reciclável” (subgrupo 9611), 164.168 declararam-se “Classificadores de resíduos” (9612) e 7.385 eram “Varredores e afins” (9613).

## 2.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM

Em 2013, um ano antes da implementação da PNRS, em Belém, o IPEA divulgou existência de 387.910 pessoas em todo o território brasileiro que se declararam catadoras e catadores como sua ocupação principal (IPEA, 2013). Isso leva a refletir que a diversidade de fatores e situações que caracterizam catadores e catadoras de materiais recicláveis trouxe à tona a necessidade de pesquisa e produção de conhecimento para melhor entender a realidade social vivenciada por esses sujeitos.

A renda média de um/uma catador/a não atinge um salário mínimo, seu grau de conhecimento escolar é ínfimo e, nessas condições, é importante trabalhar a capacitação por meio da educação informal, por meio do censo comum de conhecimento. De acordo com Paro (2010), é necessário educar para capacitar esses sujeitos, de modo que constituam grupos organizados, haja vista que a maioria dos/das catadores/as não faz parte de cooperativas ou associações.

As condições básicas, nas mediações do Aurá<sup>27</sup>, para uma vida saudável com os mínimos sociais “parecem” uma ideologia, pois a criação e/ou implementação de políticas públicas contempladoras de direitos sociais para essa comunidade precisa acontecer em acordo com cada sujeito, desde a criança ao idoso, mediante suas relações de vivência e convivência familiar e comunitária.

---

<sup>27</sup> No entorno do Lixão do Aurá há dez comunidades: Verdejantes (I, II, III e IV), Águas Brancas, Moara-Jerusalém, Olga Benário, Nova Vida, Tanguará e Arnal. Milhares de famílias que residem nessas comunidades, grande parte, vive na linha da pobreza ou abaixo, em condições precárias de saneamento básico e sistema de beneficiamento de vias, meios de transporte público, iluminação pública, serviços de educação e saúde pouco eficientes, etc., expostos à criminalidade. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/sema-e-ufpa-analisam-o-plano-emergencial-do-aterro-sanitario-de-marituba.ghtml>. Acesso em 10/02/2018.

Em 2013, houve a primeira reunião conjunta entre os prefeitos de Belém e Ananindeua, secretários municipais e integrantes do PMP, em que discutiram sobre diversas ações que envolvem os dois municípios, inclusive relativas ao saneamento básico. Todos assinaram carta com seis pontos na área de meio ambiente. Um deles trata da implementação da lei da PNRS, a desativação do Lixão do Aurá e a recuperação da área, implantação da coleta seletiva e logística reversa. Além disso, ficou definido que haveria o cancelamento do contrato firmado no final de 2012 com a CTR Guajará, que previa uma gestão de 25 anos<sup>28</sup>. Ainda nesse ano, as prefeituras de Belém, Marituba e Ananindeua assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo Ministério Público do Estado (MPE), comprometendo-se a adequar o destino do lixo.

Em 2013, a PMB realizou um levantamento no Lixão do Aurá, por meio da Secretária Municipal de Saneamento (SESAN), no qual cadastraram 1.720 catadores. Em seguida, equipes da prefeitura realizaram ações de inclusão social por meio da emissão de documentos,

---

<sup>28</sup> Em setembro de 2013, foi lançado um edital no valor de mais de R\$ 17 milhões, para a contratação de uma empresa para administrar o Lixão.

inclusão das famílias nos programas e benefícios federais, além de cursos de formação profissional para que os catadores pudessem desempenhar outras funções. A PMB também sinalizou que diversos profissionais seriam contratados/das para atuarem no serviço de limpeza urbana. Mas essa ação não rendeu muito aos sujeitos.

A difícil realidade de implementação da PNRS foi capaz de afirmar que ainda serão experimentadas muitas ações reivindicatórias<sup>29</sup> sobre essa política. Não fosse o comprometimento das relações de “trabalho” que as pessoas realizavam no antigo Lixão do Aurá, a se questionar apenas a necessidade de garantir a conscientização da população no cuidado com o meio ambiente e separação adequado do lixo, ainda, assim, esse cenário estaria sendo polêmico.

---

<sup>29</sup> É válido informar que foi realizada ação pela “Polícia Civil e Ministério Público”, com objetivo de cumprir mandados judiciais referentes a inquérito policial que apura crimes ambientais praticados em decorrência do funcionamento do Aterro Sanitário de Marituba e dos danos ambientais causados. Em janeiro deste ano, a empresa despejou o líquido bruto no solo sem impermeabilização, conduzindo o poluente diretamente para o Igarapé Pau Grande, situado em grande parte no interior do Refúgio da Vida Silvestre, unidade de conservação de proteção integral.

Informações disponíveis em:  
<https://www.diarionline.com.br/noticias/para/noticia-471228-presos-diretores-do-aterro-sanitario-de-marituba-chegam-hoje-em-belem.html>.  
Acesso em 07/12/2017.



Em 2014, ano previsto para o cumprimento das normas instituídas pela PNRS, já havia 1.822 cadastrados no Centro de Apoio ao Catador. Desde a divulgação ao fechamento do Lixão do Aurá, por implementação da PNRS, mudanças nas políticas de trabalho têm ocasionado protestos<sup>30</sup> com fechamento do acesso ao espaço às vias principais, a exemplo do BR-316, Km 08, no perímetro de Marituba, sentido Belém/Ananindeua, onde se localiza o aterro sanitário.

Com a decisão Federal de fechamento do Lixão em agosto de 2014, os catadores passaram a manifestar suas insatisfações diante da falta de informações a respeito e da abertura de um aterro sanitário controlado, como determina a PNRS. O aterro sanitário de Marituba entrou em

---

<sup>30</sup> Segundo os manifestantes, eles haviam acordado que as atividades dos catadores iriam até agosto, quando os trabalhadores receberiam uma indenização pelo fechamento do local. Entretanto eles afirmam que no último final de semana foram informados de que as atividades seriam encerradas em março, e que não receberiam a indenização. Os catadores pedem uma indenização de R\$ 20 mil por trabalhador. O que custaria mais de 36 milhões a serem pagos até agosto de 2014, mês no qual o Lixão deveria ser fechado conforme a lei federal. No entanto a PMB afirma que não existe legislação vigente que garanta o pagamento como forma de contrapartida aos serviços ambientais prestados, estando, portanto, impedida por lei de praticar tal ato: <http://www.diarionline.com.br/noticias/para/noticia-294197-catadores-interditam-o-lixao-do-aura.html>. Acesso em 15/01/2018.

funcionamento em 2015, após a desativação do Lixão do Aurá, em Ananindeua, região metropolitana de Belém.

Em 2017, a Secretaria de Meio Ambiente de Belém (SEMA) e Universidade Federal do Pará (UFPA) analisaram o plano emergencial do Aterro Sanitário de Marituba. O plano apresentado possui três alternativas para solucionar os problemas que eliminam o odor e o excesso de chorume no local, além de reduzir o impacto ambiental na área onde o aterro foi instalado. Entre as alternativas estão: transportar todo o chorume excedente para indústrias especializadas no tratamento de resíduos oriundos de aterros sanitários e fazer o tratamento do chorume excedente no próprio aterro sanitário de Marituba. Em um posicionamento prévio, a SEMA informou que seria necessária a realização, ao mesmo tempo, das três alternativas para solucionar os problemas com o odor e o chorume o mais rápido possível.

### **3 COOPERATIVA FILHOS DO SOL: EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

A prática do cooperativismo ainda parece um trabalho recente. E, na realidade de uma cooperativa de trabalho no padrão da coleta seletiva de materiais recicláveis, a invisibilidade pode ser resolvida (ou

amenizada) por meio de incentivo do poder público, de acordo com Meksenas (2002), realizando políticas públicas de promoção desse trabalho, ofertando equipamentos e infraestrutura adequada, bem como investindo em campanhas educativas de coleta seletiva. Assim, observa-se e afirma-se que a responsabilidade sobre esse processo de trabalho relaciona várias dimensões, poder público municipal (a priori), grupos de trabalho (enquanto agentes e parte da sociedade civil) e a sociedade civil como um todo (que pouco faz no cuidado com o meio ambiente e pela promoção da coleta seletiva). Essa é uma análise crítica necessária a se refletir.

Desse modo, pode-se imergir na **práxis**<sup>31</sup> enquanto atividade ou prática que transforma, para melhor compreender esse processo. A práxis se constitui em ciclo interativo entre teoria e prática, no qual se projetam transformações sociais Vázquez (2007), e não deixa de ser um momento muito aguardado e de grandes descobertas para a comunidade acadêmica. Essa, por sua vez, aproxima e aproximou os sujeitos desta pesquisa tornando-os parte do processo de formação do ensino-aprendizagem relacionado.

---

<sup>31</sup>Grifo nosso

Então iniciemos a práxis, fundamentando os instrumentais e a vivência dos/das trabalhadores da coleta seletiva a partir dos relatos de experiências, nos quais se observaram as dificuldades inerentes à formação do Serviço Social, enquanto objeto de estudo (expressões da questão social), estabelecendo-se como meio para afirmar sua relação com o conhecimento científico, gerando a valorização do senso comum, garantia da promoção socioeconômica e empoderamento dessa classe em situação de vulnerabilidade social.

A hipótese que se tinha de que a cooperativa apresentava conflitos capazes de prejudicar sua organização foi afirmada. A cooperativa apresenta conflitos de relacionamento interpessoal e familiar por parte do presidente, que declarou isso em entrevista. Ele informou que seu irmão, presidente de outra cooperativa, da qual já havia feito parte, não aceita sua condição de também estar à frete de uma outra cooperativa. Essa realidade conflituosa do presidente da cooperativa compromete o trabalho nos seguintes aspectos: repercute no desenvolvimento e organização do trabalho coletivo, impede a visibilidade e valorização tanto social quanto do

poder público municipal em relação à coleta de materiais recicláveis.

Em conformidade com a hipótese, os/as cooperados/as relataram não terem recebido cursos de capacitação da PMB. O senhor J. J. R (catador desde 2002 único cooperado que dispõe de mais de um domicílio próprio) disse ter legalizado a cooperativa inicialmente por “birra” para provar sua capacidade por ter sido desafiado. Ele negou assumir a cooperativa por ser leigo, “não ter estudos”, afirmou, mas depois refletiu que o fato de não ter conhecimento não o impediria de “subir um degrau”.

Em algumas visitas, foi possível perceber cooperados/das aguardando a chegada do caminhão de coleta que faz a arrecadação de papel<sup>32</sup> em pontos específicos da cidade, fato que se tornou em dificuldade para realização das entrevistas, pois a expectativa dos/das trabalhadores/as era maior que a atenção dispensada ao/às pesquisador/as. Parar o trabalho para responder às

---

<sup>32</sup> É importante informar que além do alcance dos objetivos do projeto de iniciação científica que resultou neste artigo, houve a participação da equipe no III Fórum iniciação científica da Fibra, com a campanha de arrecadação de papel para a cooperativa. O Fórum tematizado educação, incluía a educação ambiental no processo de formação para os diversos cursos da Instituição. Os/as cooperados/as viram isso como ponto produtivo, enfatizando que já recebem doações permanentes de outros locais.

questões tinha como consequência deixar de “ganhar” financeiramente. E as entrevistas foram garantidas, respeitando as condições de trabalho na cooperativa.

O papel é o material que mais gera renda à cooperativa, segundo relatos da administradora, M.M, que trabalha atualmente no local. O papelão é comprado pela Riopel<sup>33</sup>, comércio de aparas de papel Ltda., uma das maiores compradoras de material reciclável no Estado do Pará, com sede no município<sup>34</sup> de Ananindeua (Pará), no valor de R\$ 0, 25 cada kg, enquanto o papel branco tem custo de R\$ 0,15 por kg, assim ficaram constatados os valores diferenciados que atende à qualidade e tipo desse produto. A dinâmica de produção de lixo ou daquilo que

---

<sup>33</sup> <https://riopelreciclaveis.com.br/> Acesso: 15, dez, 2021.

<sup>34</sup> No município de Marituba, a Revita<sup>34</sup>, que dirige os serviços no aterro sanitário, também desenvolve trabalho em outras metrópoles do Brasil a exemplo de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraíba e Salvador, em uma dimensão de trabalho com máquinas melhores que as encontradas no aterro de Marituba. Segundo informações ainda de um grupo de trabalhadores de carro coletor de lixo na RMB, bairro periférico, a empresa tem maquinários melhores em outras cidades do país e por isso tem transportado diariamente cerca de 20 carros de chorume<sup>34</sup> de Belém para Salvador, objetivando fazer uma espécie de purificação desse resíduo e trazendo de volta para Belém, configurando-se em um custo elevado para a manutenção desse serviço. “Na mesma proporção em que 20 carros se deslocam para Salvador, outros 20 retornam à Belém diariamente”, informou um funcionário do carro de coleta. Informou ainda que a capacidade do aterro de Marituba foi extrapolada e contém, na realidade, 15 piscinas de chorume, enquanto foi projetada para apenas duas, fato esse que se configura em um extremo crime ambiental.

não possa assim ser considerado, mas que, de certa forma, se mistura em rejeitos inapropriados gera poluição ambiental e aumenta cada vez mais os impactos enfrentados pelo meio ambiente, bem como pela população. É na contramão dessa tendência que se trabalha na coleta seletiva.

Ainda, segundo a administradora M. C. C<sup>35</sup>, a venda para essa empresa é relevante porque é paga na hora, enquanto em outras, os/as cooperados/as entregam a mercadoria e têm de aguardar determinado prazo para receber, sendo uma atividade rentável a longo e médio prazo. Além disso, a Riopel oferta todo o maquinário de retirada do papel, disponibilizando, inclusive, o carro Munck, guincho com capacidade para carregar pesos de grande proporção, e as *bags* coletoras (espécie de depósito coletor disponibilizados em logradouros públicos da cidade, a exemplo das praças). A entrevistada relatou sobre a dimensão da Riopel<sup>36</sup> destacando que é sua infraestrutura de máquinas e de pessoal que se questionou

---

<sup>35</sup> A única do grupo com curso de graduação e Pós-graduação não concluída por dificuldades financeiras. Relatou interesse em retomar os estudos e pediu orientação a nossa equipe. Isso evidencia o quanto a educação não limita espaços ao indivíduo.

<sup>36</sup> A Riopel é uma das maiores compradoras de material reciclável em Belém e região metropolitana.

durante a entrevista: “se o lixo não rendesse financeiramente para que serviria tanto investimento?”. Ao finalizar essa entrevista, a administradora refletiu sobre a realidade de trabalho ainda existente no antigo Lixão do Aurá, no qual se encontram vários catadores, principalmente mulheres e crianças, destacando: “A gente pensa que vai encontrar tristeza, miséria, gente chorando e encontra crianças sorrindo e brincando no lixo, catando lixo”.

Um ponto que também chamou atenção foi o referente à cooperada P.S.S, exposta ao sol, separando o material das *bags*. Ela relatou que a população deposita restos alimentares, fezes de animais de estimação nas *bags* que ficam nos espaços de lazer, o que demonstra que a população não tem a educação ambiental devida e não respeita o trabalho da coleta seletiva. Esse lixo vai para o espaço da cooperativa e atrai insetos, exala odor e é um material que se acumula com frequência. Apenas ela faz essa atividade das *bags*, apesar do valor arrecadado pelo grupo, devido a sua dinâmica regulamente ser de divisão igualitária, conforme o estabelecido no cooperativismo. Ao ser questionada sobre a possibilidade de dividir essa tarefa, a cooperada declarou: “Não gosto de ensinar, não



tenho paciência e prefiro separar sozinha o material, apesar de ficar sobrecarregada e mais tempo exposta ao sol.” Essa cooperada tem um filho, de 15 anos, dentre outros, que permanece como catador no antigo aterro do Aurá com sua família. É filha de outra cooperada, do mesmo grupo. O fato confirma que a atividade de catador ou catadora se estabelece em um ciclo de extensão familiar.

A cooperada R.S.S, catadora há vinte anos, conta que os/as catadores/as que permaneceram no Aurá são esperançosos pela sua reabertura. Ela disse ter orgulho por ter criado seus filhos por meio da atividade de catadora. Natural do estado do Maranhão, iniciou sua vida de trabalho no aterro do Aurá. Registrou durante a entrevista a transformação nas condições de vida experimentadas por ela desde o momento que passou a compor grupo de coleta seletiva na região metropolitana, em 1998. Atualmente cria netos e bisnetos com a mesma atividade e tenta garantir que eles não trabalhem assim como um dia seus filhos fizeram, não por influência dela, mas por vontade própria. A cooperada falou em relação ao investimento que fez para que sua única filha tivesse acesso à escola, mas não teve êxito. A filha se tornou

catadora. Conclui dizendo “[...] não que eu tenha vergonha do meu trabalho, mas é árduo demais. Eu queria uma vida melhor pra ela”. Quando questionada sobre se conseguia manter sua vida com esse trabalho, respondeu “Reclamar o quê? A vida é boa demais”. Essas colocações levam a refletir sobre a conformação que tem de sua condição socioeconômica, sem questionar, sem lutar contra o sistema que de certa forma oprime.

Sobre as questões mais pertinentes das entrevistas, em relação a conhecimento dos pontos positivos e negativos, obtiveram-se as seguintes respostas; para os positivos: *“parei de fumar”*, declarou J.J. R, que fez uma promessa para que a cooperativa tivesse êxito. Quanto aos negativos foram assinalados: as brigas, a falta de confiança entre cooperados/as, o fato de a cooperativa não ter sede própria e dividir o espaço com outros três grupos não legalizados (isso gera conflitos porque os materiais a serem reciclados, às vezes, se misturam), a imposição de determinadas regras por parte da PMB, quando que não correspondem à realidade do grupo.

A administradora da cooperativa M.C. C revelou que “o problema não é o trabalho, é os trabalhadores. Aqui é um trabalho bom, porque lá no aterro é muito degradante.

O cooperativismo é bom, mas o problema é a organização e o conflito entre eles. Eles estão se organizando pra criar uma Rede pra não ser engolidos pelos empresariados”.

Em relação a responder se gosta desse tipo de trabalho os/as trabalhadores/as, J. J. R expôs: “Eu gosto do meu trabalho. Gosto do que faço”. A cooperada P. S. S disse se sentir estigmatizada, que a ofendem, é apelidada e até seus filhos têm vergonha do seu trabalho, dizem que esse trabalho não dá para nada, mas, mesmo assim, gosta do que faz porque é a única coisa que sabe fazer, e conclui: “Sempre trabalhei, mas gosto de trabalhar sozinha. Não quero que ninguém me ajude e nem tenho paciência pra ensinar”. Isso reflete outra vez atitudes que comprometem o trabalho em equipe, haja vista que não é dessa forma que deve funcionar. É preciso se reconhecerem como parte do processo e não se fecharem em uma bolha, sem interagir, sem se reconhecerem como ser social na dinâmica devida. Mas essa compreensão só acontece na medida em que as capacitações sociais também forem garantidas. Isso constitui um trabalho de dinâmica em longo prazo que as próprias Instituições de Ensino Superior (IES) podem desenvolver.

Sendo assim, o presidente da cooperativa relatou buscar parcerias, inclusive, para capacitação do grupo, e tem conseguido instituições de ensino para orientar sobre a capacitação e separação adequadas do lixo eletrônico no instituto Alachaster<sup>37</sup>, uma nova demanda da coleta seletiva, todavia a maioria do grupo foi resistente em participar. Gonçalves e Souza (2011) apresentam que no estado do Pará, organizações associativas ou de natureza cooperada, de modo geral, há dificuldades que se estendem da falta de incentivo por parte do poder público local ao relacionamento entre os associados. E isso é uma realidade que pode ser desfeita ou amenizada a partir da gestão adequada do grupo, por meio de cursos de capacitação em gestão, relações interpessoais, realizados por IES ou Organização Não Governamental (ONG), por considerar que a maioria desses grupos não tem condições financeiras para custear a formação, a não ser com o valor previsto no Estatuto.

Concluindo, consideramos importante relatar que o mais novo cooperado tem menos de vinte anos e realiza a atividade de catador como sua primeira experiência de

---

<sup>37</sup>Buscar mais informações em <https://www.facebook.com/institutoalachaster/Acesso> 27/10/2017.

trabalho. Outros somam a renda com a venda de produtos de beleza para garantir o sustento familiar para sobrevivência.

Sobre como descrever esse trabalho, dizendo o significado do lixo na vida dos/as trabalhadores/as, os relatos foram: “Porque o lixo é prejudicial na nossa saúde, mas também dá renda pra gente. A gente sobrevive através dele. Ele prejudica o meio ambiente, o planeta, e por enquanto o que eu sei é só” (J. J. R). “Eu tenho pena de vê tanto material jogado [...] a gente depende do lixo” (P. S. S). A cooperada R. S. S não soube responder. Muito tímida resistiu em participar, a priori, da entrevista, mas depois que aceitou esbanjou informações. Disse ensinar aos novatos do grupo a forma de separar o lixo: “Eu gosto do que faço [...] é o meu sustento que eu tiro o pão de cada dia, me dá dinheiro. O que me dá dinheiro é o lixo. E é o jeito. Nada é ruim pra mim. Tudo é bom”.

Após as informações mais qualitativas, apresentam-se ainda informações sobre o quantitativo de trabalhadores/as cooperados/as, dos quais 04 são do sexo masculino e entre eles o mais experiente é J. J. R, e mais cerca de 10 pessoas que ingressaram no grupo ao final de 2017, por iniciativa do presidente, portanto, não

participaram da entrevista. Segundo o presidente, a constituição do grupo é muito instável, chegou a somar 20 pessoas, mas, um pouco antes de iniciar o projeto, havia 17 e, na sua realização em 2017, o grupo era composto por apenas 07 pessoas. Essa instabilidade se deve às relações de conflitos entre os/as cooperados/as. Destaca-se ainda a disponibilidade de 04 funcionários de responsabilidade da PMB, dois para cada turno (manhã e tarde), dos quais dois vigilantes são lotados de segunda a sexta, além de outro vigilante aos finais de semana, com recurso próprio da cooperativa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Cooperativa Filhos do Sol é uma possibilidade de superação das contradições do mundo do trabalho, porém sua organização depende da conscientização de seus/suas cooperados/as sobre a valorização da atividade que desenvolvem e das boas práticas de convivência como garantia e estabilidade no mercado. Só assim, será angariada a cidadania, de acordo com as contribuições do poder e da organização da cooperativa, além do apoio efetivo do poder público.

Mas acontece que as relações interpessoais que precisam ser trabalhadas continuamente ocorrem de forma pontual e os grupos acabam ficando à mercê do poder público, ou de instituições de natureza formativa para promover sua organização e estabilidade no mercado. Fica então a expectativa nesta realidade de trabalho de se cumprir o que estabelece a PNRS, por meio de políticas efetivas de inclusão social de geração de emprego (quando deveria ser de trabalho) e renda, haja vista que os/as cooperados/as aguardam a contratação da PMB para atuarem formalmente, assim como ocorreu com alguns grupos retirados do Aurá.

As dificuldades encontradas para expansão e divulgação do trabalho coletivo bem como para a comercialização observadas estão na carência de acesso à educação qualificada e do incentivo do poder público para a capacitação em relação à inserção desse segmento no mercado. A cooperativa se sustenta de trabalho informal contando apenas com a experiência familiar.

Importa destacar que nenhum conhecimento pode ser criticado e/ou desconsiderado em relação ao seu valor, ainda que empírico. A atuação dos/as trabalhadores/as cooperados/as é carente de assessoria, capaz de

promover uma organização fortalecida, na qual exista infraestrutura adequada com instrumentos, financiamento, suporte propício para desenvolver trabalho e garantir renda em maior proporção, que vem atingindo cerca de um valor menor que o de um salário mínimo mensal, conforme relatos dos entrevistados. Entretanto, além do poder público nessa empreitada, deve transparecer o interesse do público-alvo, que pode ser motivado na medida em que se conhecerem como seres sociais. Na medida em que não se reconhecem no processo, não se pode responsabilizá-los na íntegra por isso, afinal essa organização é responsabilidade do próprio sistema, ou do modo de produção vigente, ou de outra forma como queiram os leitores designar.

Desse modo, questiona-se até que ponto essa cooperativa assim como outras de mesma natureza são capazes de se autopromoverem e se estabelecerem no mercado? Com resposta, deve-se repensar e recorrer a meios que possam agenciar esse trabalho, partindo do reconhecimento próprio dos sujeitos ativos no mundo do trabalho. Os cooperado/as da Cooperativa Filhos do Sol ainda precisam que ter consciência da relevância de seu trabalho e da gestão participativa necessária, que está



além da “mera” arrecadação de resíduos sólidos. Assim, esta investigação garantiu avanço teórico, no tangente à revisão de literatura que possibilitou conhecer sobre o andamento da implementação da PNRS e as observâncias de suas garantias ou mesmo das lacunas afirmadas na organização dos/das trabalhadores/as da coleta de resíduos sólidos, a partir da experiência retratada.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES; Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES; Maria de Fátima Cabral Marques. **Serviço Social e movimentos sociais: explorando novas potencialidades de ação** *In* Conexões – V.1, n.1 (ago/dez) Belém: Instituto de Ciências Aplicadas da UFPA, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela, **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, Gabriel de Jesus; SOUZA, Alessandro Leboreiro; SOUZA, José Giléa. **As cooperativas de coleta seletiva como instrumentos de promoção da cidadania para os cooperados**. Anais da Saru, A internet da coisas, reflexos e possibilidades para a Bahia, 2014.

SANTOS, Ana Lúcia Reis; SOUZA, Michele Lima. **Descontinuidade das políticas Públicas no Projeto de geração de trabalho e renda para os catadores de materiais recicláveis do aterro sanitário do Aurá em Belém do Pará** *In* Gestão Pública e Sociedade – Balanço e resumos dos trabalhos da 3ª Edição do Curso de Especialização. Édi E. Benini [*et al.*] (organizadores) Editora: Outras Expressões: Cromosete, 1ª Ed: São Paulo, 2013.

SOUZA, Michele Lima; GONÇALVES, Lissany Braga. Cooperativismo e associativismo como estratégias de desenvolvimento local: uma abordagem sobre empreendimentos no Baixo Tocantins Pará *In* **Estrategias y acciones de Desarrollo Rural a través de**

**Cooperativas y Emprendimientos Solidarios.** Coordinan José Daniel Gómez López (Universida de Alicante) y Maria José de Souza Barbosa (Universidad Federal de Pará), 2011.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ Adolfo, 2007. Filosofia da práxis. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. CLACSO. São Paulo. Expressão Popular, Brasil.

# TRABALHO, RENDA E EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE BELÉM: UM DEBATE PARA O SERVIÇO SOCIAL?

Núbia Cristina Assunção MIRANDA<sup>38</sup>

Jady Rodrigues Maués CARDOSO<sup>39</sup>

Susinei Ferreira CELSO<sup>40</sup>

(Centro Universitário Fibra)

## RESUMO

O artigo trata da pesquisa sobre Serviço Social, trabalho formal e trabalho informal na educação especial em Belém (PA). Buscou-se analisar a condição de vida das famílias atendidas na educação especial, compreendendo se os seus direitos básicos são garantidos a partir do trabalho e da renda. Houve levantamento bibliográfico seguido de pesquisa de campo, com coleta de dados por meio da pesquisa documental. A pesquisa possui natureza exploratória e, assim, revela a realidade socioeconômica destas famílias. Foram utilizados teóricos como Albuquerque Júnior (2012); Sabino (s/d); Antunes (2007); Amaral; Vieira (2008); Constituição Federal (1988).

---

<sup>38</sup> Assistente social da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA); Docente do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Fibra; Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); atuou até dezembro de 2019 como assistente social no Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE); Email: nubiacam@gmail.com.

<sup>39</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [susi.ferreira@yahoo.com](mailto:susi.ferreira@yahoo.com); [jadymaues@gmail.com](mailto:jadymaues@gmail.com).

<sup>40</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [susi.ferreira@yahoo.com](mailto:susi.ferreira@yahoo.com); [susi.ferreira@yahoo.com](mailto:susi.ferreira@yahoo.com).

**Palavras-chave:** Educação Especial. Trabalho formal. Trabalho informal. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The research deals with Social Service, formal work and informal work in special education in Belém/PA. We sought to analyze the living conditions of families assisted in special education, understanding whether their basic rights are guaranteed through work and income. Initially there was a bibliographic survey followed by field research with data collection through documentary research. The research has an exploratory nature and, thus, reveals the socioeconomic reality of these families. Theorists such as Albuquerque Júnior (2012); Sabino (s/d); Antunes (2007); Amaral; Vieira (2008); Federal Constitution (1988).

**Key words:** Special education. Formal work. Informal work. Social service.

## **1 INTRODUÇÃO**

A pesquisa foi realizada no período de março de 2019 a fevereiro de 2020, referente a 400 (quatrocentas) famílias da educação especial atendidas entre os anos de 2014 e 2017. O estudo tinha por objeto a categoria trabalho na educação especial no município de Belém, em

particular, no Núcleo de Avaliação Educacional Especializada (NAEE) do Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE)<sup>41</sup>. Os dados coletados dizem respeito a 250 famílias inseridas no mercado de trabalho informal (15 destas não tinham informações concretas) e 150 famílias inseridas no trabalho formal.

Ao longo do estudo, foram tratados assuntos de extrema relevância acadêmica e para a sociedade em geral: a categoria trabalho. Foi abordada essa categoria na visão dos teóricos Marx, Durkheim e Weber. No entanto, a fundamentação teórica desta pesquisa levou em consideração o trabalho como fundamento do ser social (MARX apud SABINO, s/d). Isso porque este teórico é o que dá conta de discutir de forma crítica a realidade da classe-que-vive-do-trabalho<sup>42</sup> no que concerne a categoria trabalho tanto formal quanto informal, categorias

---

<sup>41</sup> O CRIE fica localizado na Avenida Gentil Bitencourt, Nº 696 no bairro de Nazaré, em Belém, capital do estado do Pará.

<sup>42</sup> Trata-se do conjunto de trabalhadores assalariados com carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) – assinada, ou não, que disponibiliza sua força de trabalho ao grande capital. São homens e mulheres de diversas ocupações que não possuem meios de produção, tendo apenas que vender sua força de trabalho, submetendo-a, muitas vezes, a situações precárias como alternativa de sobrevivência (ANTUNES, 2007).

identificadas na sociedade capitalista.

Diante disso, com base na experiência adquirida a partir de uma pesquisa – do Programa de Investigação Científica do Centro Universitário Fibra – realizada no ano 2018, algumas inquietações surgiram acerca da realidade das famílias da educação especial do município de Belém no que concerne à condição de trabalho destas. Assim, houve a necessidade de investigar a realidade social vivenciada por elas, que, além de depararem com dificuldades inerentes à classe trabalhadora, ainda há o agravante serem responsáveis por uma Pessoa com Deficiência (PcD) matriculada na rede de ensino do município.

Vale ressaltar que, segundo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), no ano de 2020, a educação especial na rede pública municipal contava com mais de 60 (sessenta) Salas de Recursos Multifuncionais (SRM). E os Atendimentos Educacionais Especializados (AEE) contam com apoio de técnicos da educação especial, professores de referência, especializados e com larga experiência na área da Educação Especial, os quais planejam as ações na direção de efetivar o

desenvolvimento de uma escola inclusiva<sup>43</sup> no município de Belém. Isso quer dizer que houve um aumento também de oferta de vagas para a Educação Especial por conta do quantitativo de SRM disponibilizadas para o AEE, conseqüentemente, mais famílias são atendidas para melhor desenvolvimento educacional desse público-alvo.

Diante da realidade que ora se apresenta na Rede Municipal de Ensino (RME) e em particular no âmbito da Educação Especial, percebe-se a necessidade da contribuição do Serviço Social no sentido de traçar um debate acerca das categorias trabalho, renda e educação especial no sentido de entender se os direitos básicos são respeitados, conforme consta na Carta Magna de 1988. Assim, é notável que as famílias que são atendidas no NAEE têm uma condição de vida que precisa ser analisada a fim de dar um retorno tanto à sociedade e a essas famílias quanto ao próprio poder público municipal no que concerne ao trabalho formal e informal. Para tanto, é necessário compreender que o trabalho para Marx (LESSA apud AMARAL; VIEIRA, 2008) é o intercâmbio com a

---

<sup>43</sup> É possível citar os profissionais que, em geral, compõem o quadro técnico da Educação Especial: assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicopedagogos, além de professores especializados.



natureza. Trata-se de uma “condição eterna” da vida em sociedade. Portanto o trabalho é uma “eterna necessidade” da vida humana.

Nesse sentido, a pesquisa teve por objetivo analisar a condição de vida das famílias atendidas no NAAE, da Educação Especial de Belém quanto ao trabalho e à renda. Para se alcançar tal objetivo, foi preciso coletar dados referentes aos tipos de trabalho das famílias bem como a sua renda a fim de verificar se seus direitos básicos são garantidos a partir do trabalho e da renda.

Utilizou-se, inicialmente, da pesquisa bibliográfica a partir de textos disponibilizados em sites, livros, artigos, dentre outras formas – confiáveis – de acesso à informação e aos conteúdos relacionados às categorias pesquisadas. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa exploratória, a qual tem como “principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para pesquisas posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

A pesquisa abrange abordagem quanti-qualitativa, a qual explora tanto os dados objetivos quanto os subjetivos, de modo crítico e amplo. A coleta de dados

quantitativos sobre trabalho formal e informal das famílias atendidas no NAEE foi realizada no CRIE por meio da pesquisa documental no NAEE. A pesquisa documental é entendida por Severino (2007, p.122) como uma fonte de informações/documentos no sentido amplo. Isso quer dizer que não se trata apenas de documentos impressos, porém, “sobretudo, de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais”. É importante destacar que nesses casos, “os conteúdos dos textos ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise” (Idem, 2007).

Destarte, foram utilizados para a coleta de dados os instrumentais da equipe de Serviço Social bem como os relatórios multiprofissionais do NAEE, sendo esses analisados qualitativamente conforme as informações neles contidas.

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL E TRABALHO: A REALIDADE DAS FAMÍLIAS EM BELÉM DO PARÁ SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

A Educação Especial vem ganhando espaço e se fortalecendo ao longo da história. Antes dos anos 80 do Século XX, tinha-se o pensamento de que a melhor educação para um indivíduo com deficiência seria em uma escola própria, adequada “exclusivamente” para alunos com deficiência. Essa escola, portanto, teria de ter salas “especiais”, que, até certo tempo, foram denominadas “classes especiais”, em que havia segregação – a escola separava os alunos com deficiências dos demais alunos com a justificativa de que aqueles não conseguiriam acompanhar estes, e, conseqüentemente, não teriam o mesmo desenvolvimento, as mesmas potencialidades e habilidades, e, por isso, poderiam “atrapalhar” o desenvolvimento dos alunos sem deficiência.

Segundo Souza; Silva (2017), foi, na década de 80 do século passado, nos EUA, que nasceu o movimento pela inclusão escolar com a iniciativa de pais, profissionais e das próprias pessoas com deficiência<sup>44</sup>. A partir de

---

<sup>44</sup> Inclusive foi em 1981, considerado o “Ano Internacional das Pessoas Deficientes” em que surgiu a inclusão da palavra **pessoa**,

então, houve outro olhar para esse segmento da sociedade. Ainda no século XX, em junho de 1994, na Espanha, houve a instituição da Declaração de Salamanca. Esse documento traz os princípios, as políticas e práticas para a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular.

No que diz respeito ao Brasil, a Educação Especial passou a ganhar espaço na década de 1970, a partir de debates por uma parcela da sociedade, tornando-se uma preocupação dos governos. Para tanto, tem-se a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais, estaduais e de classes especiais, resultado de muitas lutas dos movimentos sociais (ROGALSKI, 2010).

Entretanto é, na década de 80 do século passado, que a Educação Especial ganhou mais impulso em virtude das lutas pelos direitos das PcD, passando a fazer parte da Constituição Federal de 1988, ao expor que é dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado aos portadores<sup>45</sup> de deficiência, preferencialmente na rede

---

antecedendo o vocábulo **deficiência**, o qual é visto, a partir de então como adjetivo, passando a se usar o termo **Pessoa com Deficiência** (PcD).

<sup>45</sup> Termo obsoleto. Atualmente PcD.

regular de ensino. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, também corrobora em seu artigo 58, que, por Educação Especial, entende-se a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. Já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência<sup>46</sup>, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

No município de Belém (PA), a Educação Especial faz parte da SEMEC, sendo desenvolvida por meio do CRIE. O trabalho no CRIE é desenvolvido por meio de núcleos – dentre os quais, o NAEE, onde esta pesquisa foi realizada –, programas e projetos, tendo como público-alvo alunos da Educação Especial, ou seja, PcD bem como suas respectivas famílias.

---

<sup>46</sup> Ainda, conforme essa Política, são considerados alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

O objetivo do CRIE é promover a inclusão educacional por meio das SEM, nas escolas municipais dos 08 distritos administrativos de Belém. No NAAE<sup>47</sup>, no primeiro momento, as famílias dos alunos são atendidas pelo Serviço Social em conjunto com a Psicologia. Trata-se, portanto, de atendimento psicossocial. Ambos fazem uso de instrumentos técnicos e, a partir desse primeiro contato, é que se decide se o aluno vai ser direcionado para a SRM ou não, conforme aponta Brito (2018).

Essas famílias têm uma realidade marcada por diversas situações que as envolvem desde o preconceito, a discriminação, bem como a falta de acesso ao mercado de trabalho de forma digna. As famílias da Educação Especial do município de Belém, mesmo que inseridas no mercado formal de trabalho, apresentam um quadro de vulnerabilidade social<sup>48</sup>. E as famílias que não conseguem adentrar ao mercado formal de trabalho precisam buscar

---

<sup>47</sup> Nesse núcleo, tem-se uma equipe multiprofissional composta por: assistente social; psicólogo; psicopedagogo; fonoaudiólogo; e fisioterapeuta.

<sup>48</sup> Apresenta-se como uma baixa capacidade material, simbólica e comportamental, de famílias e pessoas, para enfrentar e superar os desafios com os quais se defrontam, o que dificulta o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais, que provêm do Estado, do mercado e da Sociedade (BELO HORIZONTE, 2007, p.11).

sua sobrevivência na informalidade. Dessa forma, estão expostas às facetas das expressões da questão social. Nessa direção, ambas estão em situação de vulnerabilidade social. Vale lembrar que o objeto de estudo em tela diz respeito às categorias trabalho formal e informal na Educação Especial.

Para tanto, é imprescindível que se apresente um debate sobre a categoria trabalho sob a perspectiva de teóricos como Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. Assim, para Durkheim (1858 -- 1917), a sociedade é compreendida como um sistema orgânico em que os indivíduos agem em cooperação para o bom funcionamento social. Esse teórico vê o trabalho como um fato social presente em todas as sociedades que existe independente da vontade da sociedade (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2012). Já Weber (1864 -- 1920) apresenta, a partir da Reforma Protestante, uma nova qualidade ao trabalho, sendo este caracterizado como “benção de Deus”, visto que, na Idade Média, o trabalho era visto como “castigo”.

Outro teórico que tem grande importância para a compreensão da categoria trabalho é Karl Marx (1818 -- 1883). Para este o trabalho é ontológico ao ser social, ou

seja, é inerente a ele e ocorre pelo processo no qual o homem transforma a natureza e concomitantemente se transforma, visto que explora suas capacidades físicas e intelectuais, por isso, possui dupla determinação, isto é, há o trabalho útil-concreto e o trabalho abstrato (SABINO, s/d).

Esse teórico considera ainda que o trabalho é uma condição ineliminável para a reprodução do mundo dos homens. Sendo assim, não é possível eliminar o trabalho da sociedade. Na visão desse autor o que se deve eliminar é o sistema vigente, ou seja, o capitalismo, o qual produz riqueza para poucos e pobreza e/ou miséria para um quantitativo significativo, resultando, dessa maneira, na desigualdade social. Esse autor aponta, também, que no sistema de acumulação capitalista existem processos de exploração nas jornadas de trabalho do operário, isto é, do trabalhador.

Diante disso, é necessário fazer uma reflexão sobre trabalho em seus diversos aspectos e processos. Nessa direção, no Brasil, um contexto de grande importância para o mundo do trabalho foi o governo de Getúlio Vargas em virtude da aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1 de maio de 1943. Isto porque a



CLT, segundo Maringoni (2013), é considerada uma das maiores conquistas sociais do país, visto que, pela primeira vez no Brasil, o desenvolvimento do trabalho formal é reconhecido mediante a assinatura em carteira de trabalho, salário mínimo nacional prescrito em lei, dentre outras características, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGT), o 13º salário e férias remuneradas ao trabalhador<sup>49</sup>.

É importante ressaltar que em razão das crises cíclicas do capitalismo e do advento do neoliberalismo, em nível mundial, diversos problemas surgiram na atualidade – resultantes desse processo de reestruturação produtiva – dentre eles o desemprego e, conseqüentemente, a informalidade. Portanto o trabalhador – em busca de sua sobrevivência – insere-se no mercado de trabalho informal (COSTA, 2010). Essa é uma realidade vivenciada recorrente no Brasil.

A propósito, pode-se afirmar que a diferença básica entre o trabalho formal e o trabalho informal são as normatizações jurídicas estabelecidas pelo Estado, ou

---

<sup>49</sup> De acordo com art.3º da CLT, considera-se empregado a pessoa que atua com vínculo empregatício podendo ser conceituada como toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

seja, a legalidade e a regulamentação das relações de trabalho, tendo como escopo a garantia de direitos trabalhistas aos trabalhadores formais. Nessa direção, os trabalhadores informais ficam mais vulneráveis e fora da cobertura dos direitos trabalhistas e sem relação de contrato formal de trabalho.

Além disso, os trabalhadores informais não desfrutam de uma carga horária de trabalho determinada e/ou especificada, conforme reza a CLT, em virtude de se submeterem a extensas jornadas de trabalho para poder garantir uma remuneração um pouco mais significativa. Em determinados casos esses trabalhadores, a fim de também “garantir” uma renda melhor, envolvem outros membros da família, inclusive crianças<sup>50</sup>, para participarem do processo de trabalho, visando a suprir suas necessidades fundamentais e de sua família, o que, em muitas vezes, não conseguem fazer por conta da precarização do trabalho, no qual se enquadra: o trabalho informal. Isso se deve, além da flexibilização produtiva, também aos novos modelos de organizações no trabalho, como: o avanço da

---

<sup>50</sup> No Brasil é proibido o trabalho infantil. Assim o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (2019) em seu artigo 60 expressa: É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

tecnologia; a presença da robótica; e o aumento da automação. Modelos esses que afetam tanto a forma de produção do capital quanto os direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Vale destacar que há certa complexidade na definição/conceitualização do trabalho informal dado seu contexto histórico. Dentre as várias formas de se conceituar tal categoria Noronha (apud ESTENSSORO, 2006) apresenta: a **velha informalidade**, na qual estão os trabalhadores subempregados e inseridos na precarização do trabalho e, em consequência disso, têm baixo rendimento financeiro e, portanto, buscam basicamente a subsistência; a **informalidade jurídica e/ou ilegal**, na qual é possível identificar o descumprimento por parte dos empresários do dispositivo legal que regulamenta as relações de trabalho tendo em vista a maximização dos lucros; a **informalidade pós-fordista (nova informalidade)**, a qual se refere à utilização das inovações tecnológicas no processo de produção, flexibilização do trabalho adequada às necessidades do Estado neoliberal assim como à ideologia capitalista.

Para compreender essa realidade no Brasil, observou-se que o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatísticas (IBGE) apontou que, do final de 2019 até janeiro de 2020, a taxa de informalidade no país atingiu 40,7% da população, ou o equivalente a 38,3 milhões de trabalhadores informais. E o estado do Pará, segundo o IBGE, aparecia como líder no ranking referente ao mercado de trabalho informal com 62,4% (O LIBERAL, 2020).

Essa realidade vem assombrando a vida de diversas famílias em particular das famílias público-alvo desta pesquisa. Vale ressaltar que, apesar de boa parte das famílias da Educação Especial estar no mercado formal de trabalho, ainda assim encontram dificuldades para garantir sobrevivência digna, pois seus direitos sociais básicos e trabalhistas tendem a ser negados por conta do contexto neoliberal embasado em um Estado mínimo, em que o mercado pode ter livre comercialização (BEHRING, 2009). Em relação a essa questão, é possível citar: as privatizações; a reforma trabalhista; e a reforma da previdência.

Diante da compreensão desse contexto e com base no levantamento de dados sobre os trabalhadores formais e informais da Educação Especial atendidas no NAAE, será apresentado o resultado da pesquisa realizada – no

período de março de 2019 a fevereiro de 2020 – por meio da coleta de dados das 400 famílias atendidas pelo Serviço Social de 2014 a 2017.

Para tanto, a pesquisa possibilitou compreender as condições que se encontram essas famílias no município de Belém (PA), considerando a concepção do Ministério da Cidadania (MC) quanto às famílias vulneráveis economicamente. Vale esclarecer que, em virtude deste estudo ter sido desenvolvido no ano de 2019, a renda *per capita* tinha um determinado valor conforme as condições de renda apresentada para fins de benefícios e programas sociais do governo federal, diferente, portanto, de valores estipulados atualmente.

Nesse sentido, com base nos valores ainda do ano de 2019, as famílias de Baixa Renda são aquelas com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo; Famílias Pobres ou na linha da pobreza são aquelas com renda mensal *per capita* entre de R\$ 89,01 e R\$ 178,00; e famílias em situação de Extrema Pobreza eram aquelas com renda *per capita* de até R\$ 89,00<sup>51</sup>. Logo, pode-se

---

<sup>51</sup> É importante destacar que atualmente pelo Decreto nº 10.852 de 8 de novembro de 2021 houve alteração em relação ao enquadramento das famílias no que diz respeito à renda. Diante disso, tem-se: famílias com renda *per capita* entre R\$ 101,00 e R\$ 200,00 é considerada

afirmar que, em relação à renda *per capita*, as famílias da Educação Especial podem ser consideradas de baixa renda, independentemente de estarem inseridas no mercado informal ou formal de trabalho.

## 2.1 O retrato das famílias da Educação Especial em Belém (PA): o trabalho formal em foco

A pesquisa mostrou que das famílias inseridas no mercado formal de trabalho<sup>52</sup>, ou seja, das 150 famílias, aproximadamente 80% têm o responsável familiar com CTPS assinada, regida pela CLT; e cerca de 20% são servidores públicos, isto é, trabalhadores regidos pelo Regime Estatutário.

Desse quantitativo de 80%, identificaram-se diversos tipos de trabalho, dentre os quais: vendedor, empregada doméstica, manicure, motorista, operador de caixa, fiscal de loja, serviços gerais, pedreiro. Há ainda

---

família pobre ou na pobreza; já a família com renda *per capita* de até R\$ 100,00 é considerada família na extrema pobreza.

<sup>52</sup> De acordo com o IBGE (2019, p.3), em 2012, havia no Brasil 34,2 milhões de empregados do setor privado com CPTA; em 2014, esse contingente atingiu o patamar mais alto da série, 36,5 milhões. Entre 2015 e 2018, houve queda em todos os anos. Em 2019, foi interrompida a trajetória descendente, com a expansão de 1,1% (356 mil), que resultou no contingente de 33,2 milhões.

incluído neste rol, embora não necessariamente com a CTPS assinada, aqueles trabalhadores contratados para prestação de serviços, os quais fazem jus a uma remuneração mensal e a direito previdenciários, por exemplo. E, os 20% de trabalhadores os quais desenvolvem suas atividades laborais na área da administração pública estão inseridos nas áreas da administração direta, segurança pública e área da educação pública, de nível fundamental, médio ou superior.

Os dados apontaram ainda que grande parte dessas famílias apresenta uma renda em torno de um salário mínimo, somado aos benefícios da assistência social, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família (PBF)<sup>53</sup> ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>54</sup>. É importante destacar que, em relação a esses benefícios, em particular ao BPC, estes, em alguns casos, são os que sustentam a família do aluno com deficiência, recebidos

---

<sup>53</sup> O PBF está previsto em lei — [Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004](#) — e é regulamentado pelo [Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004](#). É importante destacar que esse programa foi extinto a partir da criação do Programa Auxílio Brasil (PAB) por meio do decreto [Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021](#).

<sup>54</sup> O BPC é um benefício assistencial destinado às pessoas com mais de 65 anos de idade, as quais não têm como prover suas necessidades nem tê-las providas por sua família, bem como a PcD.

seja em virtude do próprio aluno com deficiência seja em virtude da pessoa idosa, que, em sua maioria, é avô ou avó do aluno com deficiência.

## 2.2 O retrato das famílias da Educação Especial em Belém (PA): o trabalho informal e foco

Quanto às famílias inseridas no mercado informal de trabalho, ou seja, 250 famílias, foi possível perceber que, de um total de 40 categorias, têm-se: 15% vendedores (de cosméticos, de água, de comida, de roupa, de lanche e ambulantes); 15% diaristas (empregadas domésticas, babás, cozinheiras, cuidadoras de idoso, dentre outros); 13% pedreiros (mestres de obras, ajudantes de pedreiro, serventes de obras); 14,5% “faz bico” (sic), ou seja, não têm categoria definida, visto que se sujeitam a qualquer tipo de trabalho e/ou serviço em troca de sobrevivência; 11% feirantes (vendedores de peixe, farinha e/ou hortifrutigranjeiros); 13,5% “outras categorias” por obterem baixo percentuais (metalúrgicos, carpinteiros, costureiras, pintores, garçons, sapateiros e catadores de hortifrúti na CEASA<sup>55</sup>, que, em virtude das

---

<sup>55</sup> Central de Abastecimento do Pará – CEASA. Fica localizada na Estrada do Murutucum, km 04, s/n - Bairro: Curió-Utinga – Belém Pará.



condições de insalubridade, podem ser identificadas como uma das categorias mais degradantes, pois são aqueles que se apropriam (“aproveitam”) do que é lançado ao lixo para sobreviverem.

Além desses, tem-se: 10% que labutam no extrativismo (vegetal e/ou animal); 8% que se enquadram no serviço de nível técnico (instaladores de cerca elétrica, de central de ar, atuantes na área da informática e/ou da beleza); 6% que foram identificados como trabalhadores de transportes de passageiro em geral (moto-taxistas, motoristas de aplicativo, taxistas).

Quanto à renda dessas famílias: 29% são consideradas de baixa renda; 23% são consideradas pobres; e 21% estão em situação de extrema pobreza. Um dado que chama atenção neste aspecto é que 17% dessas famílias são beneficiárias de programas governamentais tais como PBF e BPC. E mais interessante ainda é que as famílias as quais são beneficiárias do BPC não possuem outra renda além deste benefício socioassistencial. Isso quer dizer que essas famílias têm como renda principal os benefícios destacados, em especial o BPC – que se trata de um benefício no valor de um salário mínimo.

Também a pesquisa demonstrou que 6% das famílias encontram-se desempregadas; e apenas 3% possuem renda *per capita* acima de meio salário mínimo mesmo estando na informalidade. Ainda do total de famílias, 1% dos relatórios analisados não possuíam informações relevantes/“precisas” quanto à categoria trabalho e, em particular, quanto ao trabalho informal que desenvolviam, talvez por, no momento do atendimento, se sentissem constrangidas, recusando-se a informar de onde provinha sua renda, já que, na realidade, não possuíam renda e viviam de doações de familiares e vizinhos.

## 2.3 Um ponto em comum para reflexão do Serviço Social

Evidenciou-se um quantitativo significativo de trabalhadoras domésticas tanto na categoria trabalho formal quanto na categoria trabalho informal. Assim, no Brasil, o serviço doméstico

em 2012 envolvia 6,1 milhões de trabalhadores e atingiu o menor contingente em 2014, quando havia no País 5,9 milhões de trabalhadores domésticos. Em 2019, esta categoria alcançou 6,3 milhões de trabalhadores, permanecendo praticamente estável em relação à estimativa de 2018 (6,2 milhões) (IBGE, 2020, p. 4)

Os dados da série histórica Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, retrospectiva 2012 – 2019, apontam que o número de trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada, em 2012, era de 4.184 e, em 2019, esse número alcançou a marca de 4.484 trabalhadores domésticos. Isso quer dizer que, em 5 anos, houve um crescimento de 10,7%. Em 2018, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 92% de trabalhadores domésticos eram mulheres

e, em sua maioria, negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.

Além disso, chamaram atenção dados que afirmam que a grande maioria desses trabalhadores domésticos recebia por mês sua remuneração. Já as diaristas, que por vezes precisam trabalhar em várias residências, para poderem garantir uma renda melhor, enfrentam situações de trabalho, em sua maioria, mais precárias, que, por não possuírem os direitos trabalhistas garantidos, responsabilizam-se pelo pagamento da contribuição para a previdência social como “trabalhadores autônomos”.

Essa realidade de um modo geral – considerando o trabalho formal e o trabalho informal – exige do Serviço Social uma reflexão a respeito da condição de vida e situação de vulnerabilidade social em que se encontram as famílias da Educação Especial, as quais têm de lidar diretamente com pessoas com limitações motoras e/ou intelectuais ou mesmo de visão, de fala ou de audição; ou ainda com pessoas com alguma dificuldade de aprendizagem/cognitiva e, portanto, têm uma rotina “diferenciada” das demais famílias.

Além disso, a inserção dessas famílias no mercado de trabalho pode-se tornar algo dificultoso à medida que a

ausência da família pode comprometer o desenvolvimento do aluno PcD e, conseqüentemente, de certa forma, impedir que este se realize academicamente a partir de suas potencialidades e particularidades. Assim sendo, o enfrentamento da Educação Especial na perspectiva de direito alcança outras dimensões como a política e a econômica, além do aspecto sociocultural.

Esta pesquisa abriu um leque de reflexões para o Serviço Social, que trabalha na perspectiva do acesso aos direitos sociais. Inicialmente a reflexão perpassa pela família, que deve ser o foco importante na área da educação, em particular, na área da Educação Especial; em seguida, é necessário compreender que a articulação entre políticas públicas pode possibilitar uma melhoria nas condições de vida dessas famílias. Miranda *et al.* (2019, p. 10) afirmam que a “efetivação de políticas públicas de geração trabalho, renda e emprego, à realidade das famílias da Educação Especial poderia ser diferente no que concerne aos seus direitos, que deveriam ser respeitados e garantidos de fato.

Assim sendo, o Serviço Social deve continuar realizando encaminhamentos para programas e projetos que visem à qualificação da força de trabalho dessas

famílias a fim de que aquelas que já estejam permaneçam no mercado de trabalho formal; e aquelas que estejam fora desse tipo de mercado venham a se qualificar para nele poderem adentrar, ainda que na informalidade, mas tendo oportunidade de lhes garantir melhores condições de vida, respaldadas na legislação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Art. 6º da Constituição Federal de 1988 aponta que são direitos sociais: a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Entretanto, a partir do resultado da pesquisa, percebe-se que há uma contradição entre a “letra” da lei e a efetivação dos direitos – básicos – e trabalhistas na realidade da classe trabalhadora, em particular dos trabalhadores da Educação Especial.

Dessa forma, o estudo apontou que tanto o trabalho formal quanto o trabalho informal não concedem condições dignas de sobrevivência às famílias da Educação Especial do município de Belém (PA), visto que, mesmo aquelas que possuem CTPS assinada – que têm acesso aos

direitos trabalhistas –, não usufruem de todos os direitos constitucionais assim como as famílias que sobrevivem da informalidade, o que as torna desprovidas de segurança e amparo da lei e dos direitos básicos assegurados pela Carta Magna. Nesse sentido, ficou evidente que a precarização e desqualificação do trabalho na atual conjuntura tende a interferir diretamente no acesso aos direitos básicos das famílias que são atendidas pelo NAAE/CRIE.

Nesse sentido, conclui-se que a intervenção do profissional do Serviço Social diante da realidade apresentada pelas famílias em questão deve ser voltada para disseminação das informações e orientações sobre os direitos trabalhistas e benefícios da CLT, no sentido de provocar e/ou possibilitar a “consciência de classe” bem como o acesso à informação.

Diante disso, cabe ao Serviço Social buscar ultrapassar os desafios que são postos, tendo como pressuposto a desmistificação da realidade social por meio de sua capacidade interventiva; e, ainda, “batalhar” para que haja criação e implementação de políticas sociais para a viabilização de direitos sociais, conforme preconiza o art. 4º da Lei de Regulamentação da Profissão: constituem

competências do/a assistente social desde a elaboração à avaliação de políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares. Aqui, em particular, políticas sociais direcionadas à geração de emprego, trabalho e renda.

Portanto, o profissional de Serviço Social deve compreender que a realidade social das famílias aqui estudadas constitui em mais uma demanda para sua intervenção e deve ser, sim, uma de suas preocupações, uma vez que se faz necessário discutir e problematizar a temática do trabalho formal e trabalho informal no sentido de possibilitar caminhos para novos estudos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Virgínia Borges; VIEIRA, Ana Cristina de Souza (Orgs.). **Trabalho e direitos sociais: bases para a discussão**. Maceió: EDUFAL, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. Ed. São Paulo. Cortez Editora, 2007.



BRASIL. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988**. Disponível em:

[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.12.2017/art\\_6\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.12.2017/art_6_.asp). Acesso em: 12 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.852, 8 de novembro de 2021**. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10852.htm#art92](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Decreto/D10852.htm#art92) . Acesso em: 21 nov.2021.

\_\_\_\_\_. **Bolsa família**. Disponível em:

<http://desenvolvimentosocial.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **BPC**. Disponível em:

<http://desenvolvimentosocial.gov.br/>. Acesso em: 06 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm).

Acesso em: 19 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e bases da educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm).

Acesso em: 1 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BEHRING, Elaine, R. Política Social no contexto da crise capitalista. In: **Serviço Social: direitos sociais e contemporâneos profissionais**. Brasília, 2009.

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social. **Dicionário de termos técnicos da assistência social**. Belo Horizonte: ASCOM, 2007.

BRITO. Darlyane Machado. **Educação Especial em Foco: os desafios do Serviço Social no Núcleo de Avaliação Especializado/NAEE em Belém/PA**. Belém. 2018.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social**. Aprovado em 13 de Março de 1993 10ª Ed. (revista e atualizada). Com as alterações Introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11. Disponível em:  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 17 abr. 2020.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho Informal**: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira - CADERNO CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan./Abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a11.pdf> Acesso em: 10. Jan. 2020.

Declaração de Salamanca (1994). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em 02 fev 2019.

ESTENSSORO, Luis. **Abordagens teóricas sobre o trabalho informal e a economia informal**. 2006. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/estenssoro/abordagens-tericas-sobre-o-trabalho-informal>. Acesso em 20 jan. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas,2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua - PNAD contínua**. Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil (2012-2019). Brasília: IBGE, 2020.

**INFORMALIDADE CAI MAS ATINGE 38 MILHOES DE TRABALHADORES**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020->

03/informalidade-cai-mas-atinge-38-milhoes-de-trabalhadores. Acesso em: 12 mar. 2020.

JUNIOR ALBUQUERQUE, Ademar Bento de. **Noção de Trabalho em Marx, Durkheim e Weber** (Resenha). Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN: Natal, julho/2012.

MARINGONI, Gilberto. **A longa jornada dos direitos trabalhistas**. Ano 10. Edição 76. 2013. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2909:catid=28&Itemid=23) . Acesso em 10 jan 2020.

MIRANDA, *et al.* **O perfil das famílias da educação especial no município de Belém: um estudo do Serviço Social no Núcleo de Avaliação Educacional Especializado/NAEE**. In: II Seminário Nacional Serviço Social e Pesquisa Social na Amazônia. Belém: UFPA, 2019.

O LIBERAL. **Pará lidera trabalho: mercado de trabalho informal**. Disponível em: <https://www.oliberal.com/economia/para-lidera-trabalho-mercado-de-trabalho-informal-no-pais-1.239740>. Acesso em: 16 fev. 2020.

PINHEIRO, Luana *et al.* **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**. Brasília: IPEA, 2019.

ROGALSKI, Solange Menin. Histórico do surgimento da educação especial. **Revista de educação do ideau (REI)**. Vol. 5 – No 12 - Julho - Dezembro 2010.

SABINO, Mariana Correia Silva. Fundamentos Ontológicos do trabalho em Marx: trabalho útil - concreto e trabalho abstrato. In: **Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior**. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Disponível em: Acesso em: 10 out. 2018.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007  
Declaração de Salamanca (1994). Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>  
. Acesso em 02 fev 2019.

SOUZA, Lenara Antão de Alencar Ribeiro; SILVA, Sheila Kaline Leal. O serviço social e educação especial: análise da atuação profissional no DEE do município de Marabá-PA. In: **IV Congresso Paraense De Educação Especial**. Marabá, 18 a 20 de outubro de 2017. Disponível em:  
[https://cpee.unifesspa.edu.br/images/anais\\_ivcpee/Relatos\\_2017/O-SERVIO-SOCIAL-E-EDUCAO-ESPECIAL.pdf](https://cpee.unifesspa.edu.br/images/anais_ivcpee/Relatos_2017/O-SERVIO-SOCIAL-E-EDUCAO-ESPECIAL.pdf).  
Acesso em: 20 fev. 2020.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo: Cortez, 2007.

# SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES NA REDE DE SERVIÇOS EM BELÉM DO PARÁ

Michele Lima de SOUZA<sup>56</sup>

(Centro Universitário ESAMAZ)

Carla Alessandra Pereira da Silva NEGIDIO<sup>57</sup>

Deborah Augusta de Castro GOMES<sup>58</sup>

Plínio André Andrade da SILVA<sup>59</sup>

(Centro Universitário Fibra)

## RESUMO

O tema “Serviço Social e educação especial” tem produção ínfima, tornando-se, portanto, um dos temas evidenciados em pesquisas. Nossa problemática foi conhecer o atendimento de **alunos/as** PCD e os encaminhamentos para a rede de serviços, enquanto problemática para a educação especial. O objetivo principal foi conhecer os limites e as possibilidades no atendimento **dos/as alunos/as** com deficiência, provenientes do sistema de ensino municipal, encaminhados para a rede de serviços.

---

<sup>56</sup> Assistente social pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestra em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA); Docente do Centro Universitário FIBRA (2016 – 2019); [micheleassist@gmail.com](mailto:micheleassist@gmail.com)

<sup>57</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [alessandrasilva302@gmail.com](mailto:alessandrasilva302@gmail.com)

<sup>58</sup> Ex-orientanda de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [Deborah\\_x.a@hotmail.com](mailto:Deborah_x.a@hotmail.com)

<sup>59</sup> Ex-orientando de iniciação científica do Centro Universitário Fibra; [plinioandre12@gmail.com](mailto:plinioandre12@gmail.com)

A hipótese se deteve a analisar se a prestação de serviços com equipe multiprofissional qualificada, disponibilizada pelo poder público municipal, foi capaz de garantir a efetividade no atendimento do alunado PCD que necessita de atendimento especializado. Traçamos um estudo exploratório, levantamento bibliográfico em periódicos, sites e *google* acadêmico sobre educação, utilizamos o método da observação, participação em reuniões com assistente social do Centro de Referência e Inclusão Educacional “Gabriel Lima Mendes” (CRIE), tendo como sujeitos deste estudo **os/as alunos/as** com deficiência **oriundos** das escolas municipais em Belém do Pará. O resultado mostrou que os limites e possibilidades da educação especial para **alunos/as** PCD, da rede municipal, em especial, no CRIE se configuram como pauta entre a atuação profissional e a contrapartida do poder público, devendo este atuar intensivamente, na disponibilidade da infraestrutura necessária.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Educação especial; Rede de serviços; CRIE.

## ABSTRACT

The theme Social Work in education has very little production, becoming, therefore, one of the themes highlighted in research. Our problem was to know the service of students/PcD and the referrals to the service network, as a problem for special education. The main objective was to know the limits and possibilities in the service of students with disabilities, coming from the municipal education system, referred to the service network. The hypothesis focused on analyzing whether the

provision of services with a qualified multiprofessional team, made available by the municipal government, was able to guarantee the effectiveness in the care of PcD students who need specialized care. We designed an exploratory study, bibliographic survey in journals, websites and academic google on education, we used the observation method, participation in meetings with a social worker from the Educational Reference and Inclusion Center “Gabriel Lima Mendes”(CRIE), having as subjects of this study students with disabilities coming from municipal schools in Belém do Pará. The result showed that the limits and possibilities of special education for PcD students, in the municipal network, in particular, in CRIE, configures the agenda between professional and the counterpart of the public power, which must act intensively, in the availability of the necessary infrastructure.

**Key words:** Social Service; Special education; Service network; CRIE.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é produto do projeto de investigação científica “Limites e possibilidades no atendimento de alunos com deficiência na rede de serviços do município de Belém (PA)”, realizado com apoio do Centro Universitário Fibrá, no período de março de 2018 a fevereiro de 2019. O lócus da pesquisa foi o Centro de Referência em Inclusão Educacional “Gabriel de Lima



Mendes” (CRIE)<sup>60</sup>, por ser um centro específico de trabalho na educação especial com atendimento de crianças, nas denominadas Salas de Recursos Multifuncional (SEM)<sup>61</sup>.

As salas de recursos ficam localizadas em escolas-polo, dispõem de professores/as especializados/as que promovem essa modalidade da educação por meio de recursos pedagógicos e de acessibilidade, beneficiando, no ano de 2019, aproximadamente, 1.200 alunos/as de diversas deficiências: física, auditiva, visual, intelectual, múltipla, surdo-cegos, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação. Buscando conhecer o quantitativo atualizado sobre os atendimentos no CRIE, este não foi revelado, apenas foi informado que esses reduziram devido à nova dinâmica de atendimento remoto realizada em razão da Pandemia da COVID-19. No CRIE, o trabalho acontece em núcleos, por meio de programas e projetos para o público-alvo de aluno/a com deficiência e suas famílias, que são também

---

<sup>60</sup> Localizado à Avenida Gentil Bittencourt nº 694, entre Tv. Rui Barbosa e Tv. Quintino Bocaiuva, Bairro: Nazaré, Belém (PA).

<sup>61</sup> As SRM localizam-se em escolas municipais de 08 (oito) distritos administrativos municipais a conhecer: Belém, Entroncamento, Sacramento, Guamá, Benguí, Outeiro, Icoaraci e Mosqueiro. <http://criebelem.blogspot.com.br/>

imprescindíveis para o desenvolvimento do alunado nesse paradigma.

Desse modo, por a educação ser um dos direitos primordiais do desenvolvimento e formação humana, deve ser garantida a todo e qualquer cidadão/ã, independente da sua condição socioeconômica, como estabelece a Constituição Federal do Brasil (1988), no art. 295, e outras legislações que determinam sua legalidade com base na Carta Magna, a considerar: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Lei 9.394/96), o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA) (1990), e instituições que regulamentam esse direito, em maior instância – o Ministério da Educação (MEC)<sup>62</sup>, e, posterior a esse, as

---

<sup>62</sup> O MEC considera a heterogeneidade presente na sociedade. Logo, as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente das suas condições intelectuais, físicas, emocionais, sociais, linguísticas entre outras. Nessa probabilidade, há um desafio para a educação que é assegurar um ensino de qualidade que favoreça os/as alunos/as com deficiência e com altas habilidades/superdotação, e a organização de escolas que promovam a participação e a aprendizagem de todos. A educação especial se constitui em uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis e etapas de ensino, definida por uma proposta pedagógica capaz de assegurar recursos e serviços de atendimento educacional especializado e organizado, institucionalmente, de apoio à educação nas classes comuns, para garantir a escolarização e o desenvolvimento da potencialidade dos alunos com necessidades educacionais especiais. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/direitoeducacao.pdf>. Acesso: 11/01/2018.

secretarias em geral, as fundações, os institutos (Instituto Nacional de Educação de Surdos), e as comissões.

Destarte, se faz importante destacamos os órgãos responsáveis pelo direito à educação, em nível federal, estadual e municipal. Em nível federal, temos o MEC e o Conselho Nacional de Educação (CNE); em nível estadual, a Secretaria Estadual de Educação (SEE), o Conselho Estadual de Educação (CEE), a Delegacia Regional de Educação (DRE) ou Subsecretaria de Educação; e, por fim, em nível municipal, a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Conselho Municipal de Educação (CME)<sup>63</sup>. Esses aparelhos têm funções específicas para garantir o direito à educação a fim de atingir melhora nos Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Por conseguinte, definimos como objetivo principal da investigação conhecer os limites e as possibilidades no atendimento dos/as alunos/as com deficiência, provenientes do sistema de ensino municipal, encaminhados/as para a rede de serviços. E para subsidiar esse objetivo, traçamos como específicos: apresentar o

---

<sup>63</sup> (Grifo nosso) Disponível em <http://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/a-organizacao-estrutura-dos-sistemas-ensino-no-brasil.htm>. Acesso em 13/01/2018

universo dos/das alunos/as com deficiência atendidos/das no CRIE, contextualizar a trajetória do atendimento desenvolvida pela equipe multiprofissional do CRIE, avaliar a efetividade da rede de serviços em relação ao atendimento de alunos/as com deficiência, e identificar os encaminhamentos realizados pela equipe multiprofissional do alunado para a rede de serviços.

Em relação à metodologia, elegemos um estudo exploratório, com realização de levantamento bibliográfico em periódicos, sites e no *google* acadêmico sobre a temática da educação; o método da observação, em reuniões com assistentes sociais do Centro, para discussão de casos; uso de relatórios institucionais das atividades e encaminhamentos realizados, por meio de autorização prévia da coordenação do referido Centro. Em relação aos aspectos éticos, a garantia deste projeto esteve pautada principalmente na Lei 8.662/93 -- Código de Ética de Serviço Social correspondendo a todos os aspectos de pesquisa desenvolvida com seres humanos, em acordo com Gil (2008) e Setubal (2013), visitas *in loco*.

## 2 EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: DO CONCEITO AO SIGNIFICADO

A educação é uma categoria relevante para o Serviço Social, merece ser aprofundada, e o Serviço Social deve possibilitar a legalização e inserção de assistentes sociais nas escolas. Não há uma lei federal que determine essa inclusão, porém algumas escolas, de diversas naturezas, contratam, mesmo que minimamente, o que sobrecarrega de certa forma o/a profissional contratado/a devido às inúmeras demandas observadas na educação, ainda ter de proporcionar conhecimento e atuação qualificada aos/às profissionais da área.

Em âmbito nacional, houve a aprovação da Lei 13.935/2019, que prevê assistentes sociais e psicólogos na educação básica. No que concerne ao ensino básico municipal, em janeiro de 2021<sup>64</sup>, ocorreu um evento *online*, em virtude de atender aos protocolos de biossegurança dos órgãos da saúde devido à pandemia de COVID-19<sup>65</sup>. Na ocasião o encontro virtual contou com a

---

<sup>64</sup> Disponível em <https://g1.globo.com>. Acesso: 10, Dez, 2021.

<sup>65</sup> De acordo com <https://covid.saude.gov.br/>, <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus> e

participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), do Conselho Regional de Psicologia (CRP), do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), constituindo-se em uma oportunidade para afirmar a importância desses profissionais nas escolas para atuar na mediação de relações familiares conflituosas, situações de abuso, violência doméstica, violência psicológica, violência institucional que ocorre pela cor da pele, ou por ser

---

<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>, a COVID-19 é uma doença de infecção respiratória aguda de grande proporção causada pelo corona vírus SARS-CoV-2. Este vírus surgiu ao final do ano 2019 e se mantém no topo da atenção para os meios de comunicação, o poder público e representações mundiais, a exemplo da Organização Mundial de Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas (ONU) atuantes no controle desta pandemia, com alto poder de contágio, que, em tempo recorde, levou a óbito principalmente a população idosa no mundo todo. Segundo dados do Instituto Butantan, no início da pandemia, muito se discutiu a respeito da origem do vírus, sendo cobrado da OMS que investigasse sobre isso, em maio de 2020. Entretanto, a epidemia começou em Wuhan, na China, em 2019, e se espalhou pelo mundo. As principais teorias que justificassem incidiram para o contato humano com um animal infectado e um possível acidente em um laboratório na China. O fato é que a pandemia do COVID-19 deixou a vida inerte, implicando na vida principalmente dos cidadãos que vivem à margem socialmente sem direito à vida digna. O mundo precisou se reinventar e adaptar novas formas de realizar trabalho, bem como estudar. Afirmando a temática em tela, garantir o ensino foi algo que desafiou educadores/as e outros/as profissionais da área para manter ou evitar evasão ou abandono escolar, para o alunado e principalmente para as PCD. Acesso: 20, nov, 2021.

morador de periferia, e *bullying*<sup>66</sup>, situações que impactam na vida de alunos/as e também de professores/as.

Para o Serviço Social, a educação é um direito capaz de garantir uma realidade melhor à população em situação de vulnerabilidade social<sup>67</sup> atendida no serviço público de ensino. O Serviço Social é uma das profissões, da área das Ciências Sociais que considera essa realidade imprescindível à manutenção da vida, bem como para o processo de formação profissional. Dessa forma, pretendemos aqui expor como ocorre o atendimento de alunos/as Pessoas com Deficiência (PcD) no CRIE, do município de Belém do Pará, a fim de observar a relação de efetividade de atendimento na rede de serviços.

---

<sup>66</sup> O termo surgido do inglês *bully* (no português significa brigão ou tirano) é a prática de atos intencionais, violentos e repetitivos contra uma pessoa indefesa, capaz de causar danos psicológicos e/ou físicos.

<sup>67</sup> Cruz e Hillesheim (2016) esclarecem *in* “Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil” que a vulnerabilidade social é analisada a **partir de aspectos de posse ou controle de recursos materiais ou simbólicos** que promova desenvolvimento ou mobilidade social; **organização das políticas relativas ao Estado**, devendo os sujeitos sociais terem inclusão de forma geral aos serviços necessários ao seu desenvolvimento, inserção no mercado de trabalho e acesso às políticas públicas; **modos de organização dos indivíduos, grupos sociais e famílias**, para que estes respondam aos desafios ou às adversidades sociais, e ocupem posições no jogo de poder, como afirmam Abramovay *et al.* (2002).

Tratamos da importância de conhecer o atendimento de alunos/as PcD e os encaminhamentos para a rede de serviços, enquanto problemática para a educação especial. Nossa hipótese foi: A prestação de serviços com equipe multiprofissional qualificada, disponibilizada pelo poder público municipal, é capaz de garantir a efetividade no atendimento do alunado PcD que necessita de atendimento especializado.

Para garantir respostas precisas, não podemos de modo algum descartar referenciais teóricos. O projeto trouxe, a priori, legislações (Constituição Federal Brasileira/88 e LDB (9394/96) e referências teóricas, a exemplo de Freire (2002), Paro (2010) e Yamamoto (2005), e, para a metodologia, os autores Gil (2008) e Setúbal (2013), em uma relação analítica entre a garantia de direitos, educação e a atuação contemporânea do Serviço Social. A Constituição Federal do Brasil (1988), Art. 295, considera:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.



Ao enfatizar a crise política, social e econômica que o Brasil atravessa, trazemos as considerações do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (2001), que informa que estamos vivenciando uma polarização crescente, pois há, de um lado, um índice crescente de concentração de renda e riqueza, e, de outro, um crescente processo de exclusão social. Há retrocesso e desrespeito nos direitos conquistados que afetam, diríamos na totalidade, a população de baixa renda. Diante disso, refletimos que o direito ao acesso à permanência na Escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais, seja na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90), seja na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) (CFESS, 2001, p. 10), apesar de sua finalidade não estar caminhando articuladamente com efetividade<sup>68</sup>.

---

<sup>68</sup> Nas colocações do Conselho Federal de Serviço Social, estabeleceu-se a qualidade dos serviços prestados à população e, de modo especial, **aos/as alunos/as da escola pública** (grifo nosso), tendo como objetivo seu pleno desenvolvimento. Apenas para ilustrar, o Art. 53 do Estatuto da Criança e do/da Adolescente coloca o direito à educação, ao acesso e à permanência na escola, e isso é uma das atribuições do/a assistente social que atue na educação. E, dessa

A formação do sujeito, para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade, depende da educação. Esta é um direito que não pode, ou, pelo menos, não poderia ser negado, como vem acontecendo, com restrições disciplinares, ou mesmo com determinações de disciplinas que deixarão as pessoas cada vez menos críticas e capazes de reagir contra sua condicionalidade de vida.

Para Freire (2002) o respeito à autonomia e à dignidade de cada um no processo de educação é um imperativo ético e não um favor que pode ou não ser concedido. Desrespeitar a autonomia e a dignidade é também desrespeitar a rigorosidade da ética, o que gera transgressão no processo de ensino e aprendizagem. Isso ocorre quando o educador não respeita os limites do educando ridicularizando, por exemplo, seu gosto estético, sua inquietude, sua linguagem, sua sintaxe e sua prosódia,

---

forma, analisamos que são direitos que **precisam ser perseguidos** (grifo nosso) por todos/as os/os profissionais que trabalham em educação, garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do/da adolescente, para que estes/estas possam enfim, exercer sua cidadania.

entre outras especificidades, outras carências. Assim, o autor acrescenta, ainda, que saber ter respeito à autonomia e à identidade do educando exige uma prática em tudo coerente com este saber.” (FREIRE, 2002, p. 24).

Paro (2010), ao tratar de educação como exercício do poder, informa que o método de ensino, seja ele qual for, se reduz a uma apresentação ou exposição do conhecimento, desconsiderando a subjetividade do educador e educando. Mas o método de ensino às iniciativas didáticas consiste em dispor e organizar o conteúdo aplicado nas escolas da maneira mais adequada.

Iamamoto (2005) colabora dizendo que o Serviço Social precisa ter uma formação profissional propositiva, capaz de intervir para dar conta das demandas sociais e a elas responder, a fim de que o usuário de seu atendimento tenha direitos garantidos. A autora considera que a área da educação, uma das mais recentes e pouco ocupadas pelo Serviço Social, carece de que este/esta profissional possa ser admitido/a e reconhecido/a como capaz de atuar e, assim, promover a garantia de direitos. Aqui se abre parênteses à educação especial, uma das expressões da questão social. Para Iamamoto (2007, p. 330), a questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de

classes e seus antagonismos constituintes, que envolvem lutas políticas e culturais socialmente produzidas, justamente pelo desenvolvimento desigual da sociedade. Assim, a garantia de direitos está para o direito à educação e se coloca como capaz de viabilizar outras necessidades próprias do indivíduo.

Abordando a questão da pesquisa no âmbito do Serviço Social, Setúbal (2013) traz como contribuição o pensamento de que existe um momento de maioria da profissão. Ou seja, a autora destaca que a pesquisa é fundamentalmente uma prática de interferência nas relações sociais e vem se colocando como uma efetiva interlocução no processo de construção do conhecimento no campo social. Descobrimo os sentidos atribuídos à pesquisa no interior do Serviço Social e sua ineliminável relação com a produção do conhecimento, apresenta a vinculação orgânica (Serviço Social como um organismo) entre a construção do saber e a prática profissional em sua inserção histórica. Trata que a tarefa da pesquisa está situada entre as exigências postas aos/às assistentes sociais na contemporaneidade, e aponta a necessidade de situá-la como um campo de investimento profissional, rompendo a tradição espontânea, superando a dicotomia

entre investigação e intervenção. Assim, leva a refletir que a pesquisa é inerente à profissão.

A educação se coloca além de um direito. Leva-nos a refletir que seu acesso promove um homem próspero, transformado e capaz de obter condições mais dignas para sua vida. Essa é uma reflexão que serve às habilidades do Serviço Social para compreendermos que, ao pensarmos no homem como um ser social, possamos entender que é impossível não considerar seu modo de vida, as mazelas sociais e a relação de exploração nas quais está imerso, que o alienam e evidenciam a desigualdade social, cada vez mais pertinente.

### **3 LIMITES E POSSIBILIDADES NA REDE DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE BELÉM DO PARÁ: A REALIDADE NO CRIE**

Para alcançar os limites e possibilidades do atendimento aos/as alunos/as com deficiência na rede municipal, em particular no CRIE, foi necessário contextualizar a trajetória do atendimento realizado pela equipe multiprofissional, a avaliação da efetividade da rede de serviços em relação ao atendimento de alunos/as com deficiência assim como a identificação dos

encaminhamentos realizados pela equipe multiprofissional para a rede de serviços.

Dessa forma, foi possível garantir enquanto resultado da pesquisa que a educação inclusiva, como meio de assegurar o direito da PcD, promove uma ideia de incluir alguém que tenha sido excluído de determinado contexto. Pode parecer complexo ou redundante, mas é uma “bandeira” que vem sendo levantada para garantir que as PcD se sintam parte da sociedade e que principalmente quem as exclui reveja seus “conceitos”. Desse modo, é primordial exterminar a teoria do etiquetamento – a exclusão, que ocorre devido às limitações –, pois as leis são para todo/a e qualquer cidadão/ã. É preciso fazer a práxis; é necessário e justo efetivar direitos. Mazzotta (2008) lança os processos das iniciativas e o esclarecimento dos critérios afinados na pesquisa, relacionando a teoria e a prática. Suas colocações, a partir dessa relação, são primordiais para compreendermos o processo histórico na educação especial.

Assim sendo, o CRIE surgiu em função do aumento de demanda, havendo o início de suas ações no Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) e já se fazendo imprescindível a formulação de uma equipe

direcionada à educação especial, por volta de 1997, conforme informações relatadas pelo Serviço Social do referido Centro. O CAEE era o alicerce metodológico para o atendimento e a inclusão. Em 2007, por meio da SEMEC, o CAEE passou a ser denominado CRIE. Daí por diante, voltou-se para o propósito de incluir os/as alunos/as com deficiência na escola regular do ensino público, com disponibilidade de profissionais em equipe de assistentes sociais, psicólogos/as, fonoaudiólogos/as, pedagogos/as, fisioterapeutas e professores/as especializados/as (informações registradas a partir das reuniões com o Serviço Social do CRIE).

Citamos, ainda, o Núcleo de Avaliação Educacional Especializado (NAEE), que orienta, esclarece, avalia os/as alunos/as, acolhendo as famílias com objetivo de compreender sua realidade socioeconômica, psicológica e familiar. Esse “conhecer” ocorre por meio da equipe psicossocial composta por assistentes sociais e psicólogos/as. Com isto, os/as alunos/as encaminhados da escola para o NAEE são aqueles/as que apresentam indicativos (“características”) de deficiência, e o/a assistente social é o/a profissional, nesse contexto, que

estabelece o primeiro contato com a família desse/a educando/a seguido da psicologia.

O/A estudante chega ao NAAE, passa pelo acolhimento<sup>69</sup> juntamente com sua família. Seguindo o processo de atendimento/avaliação, a equipe procura conhecer a família – sua situação socioeconômica, etc. e, dependendo da realidade da família, é elaborado o encaminhamento devido para as redes de serviços socioassistenciais, conforme seus direitos, baseados na Constituição Brasileira de 1988. Isso nos leva a refletir sobre a acessibilidade universal, que não deve ser pensada como uma política reparativa ou separativa, mas como um novo paradigma sociocultural.

Dessa forma, o Serviço Social é importante para o NAAE, para entender às dificuldades básicas encontradas pelos/as assistentes sociais no âmbito da educação especial, em relação à rede de serviços, como, por

---

<sup>69</sup> O acolhimento é como um dos elementos facilitadores da reorganização dos serviços nas diversas áreas de atuação do Serviço Social, que funciona como moderador no acesso de um/a usuário/a; como elemento para o aumento do coeficiente de autonomia dos sujeitos e pelo prisma da bioética, além de estar inserido na Política de Humanização no campo da saúde. (Fernandes; Hellmann, 2016)



exemplo, a falta de estrutura – tanto para as famílias e alunos/as da educação especial quanto para os/as próprios/as profissionais que atuam nesta área. Essa condição impede que o direito do/da aluno/a seja efetivado de forma abrangente assim como a intervenção seja conforme determina o Código de Ética Profissional no que concerne ao acesso da população usuária aos serviços em particular, em seu Art. 5º (alínea g), que contribui para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os/as usuários/as.

A “simples” falta de meios de comunicação “básicos” observada no CRIE, a exemplo de falta de telefone fixo para realizar contato com o alunado ou seu responsável, resulta em uma limitação na condução deste, no sentido de lhe promover a possibilidade de acesso aos direitos constitucionais. Se essa dificuldade fosse dirimida, poderia gerar uma troca de informação como, por exemplo, buscar saber como estão os trâmites na área da saúde, visto que os/as estudantes e/ou sua família são encaminhados/as, por exemplo, para as Unidades Municipais de Saúde (UMS) do seu respectivo bairro. Porém não há disponibilidade de profissional necessário para a consulta

médica, nas especialidades de neurologia ou psiquiatria, o que gera um impedimento para garantia de laudos.

Além disso, é necessário esclarecer que os laudos são de vital importância para o/a aluno/a ser atendido/a nas SRM e para realizar o acompanhamento necessário no AEE, a fim de efetivar o direito à educação, em particular, a inclusiva. Diante dessa realidade, percebemos o quanto é importante garantir uma infraestrutura para que o/a profissional possa exercer seu trabalho no que diz respeito ao acesso à rede de serviços, tendo a possibilidade de obter um diálogo de qualidade com a família do/a estudante da educação especial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O tema aqui tratado é mais um dentre tantos pertinentes ao Serviço Social. Apesar de não ser recente, a educação se torna importante para o Serviço Social devido a poucas produções científicas da área a seu respeito e, principalmente, ao pouco interesse do poder público em lhe garantir esse espaço de atuação profissional. Com a criação da lei que determina a contratação de assistentes sociais e psicólogos/as para atuarem diretamente nas escolas do ensino básico, surge

a possibilidade de alavancar novos espaços sócio-ocupacionais, dada a realidade socioeconômica vivenciada pelas famílias e alunos/as em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, a relevância dessa conquista oportuniza que assistentes sociais e psicólogos/as venham a ser, respectivamente, também considerados/as profissionais da educação (não com reconhecimento e contratação a partir de currículo alimentado por especializações, mas a partir de reconhecimento e valorização de sua capacidade técnica ao retorno financeiro por mais essa área de atuação), podendo este ser pleiteado por meio do Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB), aprovado em dezembro de 2021, conforme informações da Câmara dos deputados (2021).

Assim, a valorização da educação passa por uma necessidade iminente de avaliar e analisar o quanto a educação, enquanto direito a todo e qualquer cidadão/ã, tem sido garantida qualitativamente, no recorte aqui do atendimento na rede de ensino municipal, determinado no CRIE. Observamos que a atuação profissional pautada no comprometimento ético não é um impasse para que o atendimento seja realizado efetivamente, mas, sim, a

condicionalidade como as políticas sociais e públicas são construídas e garantidas à população que necessita dos serviços públicos. Dessa forma, nossa intenção foi de fato conhecer mais a realidade de atuação que está mergulhada nas expressões da questão social cada vez mais presente no cotidiano das pessoas que vivem à margem, com restrições e sem entender, na maioria das vezes, que a educação é um caminho possível e quiçá o único capaz de garantir o desenvolvimento pleno ao ser humano.

Portanto, os limites e possibilidades do atendimento ao estudante com deficiência na rede municipal, em especial no CRIE, se configura pauta entre a atuação profissional e a contrapartida do poder público, no sentido de este precisar atuar com mais veemência, disponibilizando infraestrutura necessária para a atuação profissional. Isso poderá contribuir para o desenvolvimento dos/as alunos/as com deficiência, considerando sua realidade socioeducacional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Mirian; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) Acesso: 08, Fev, 2019.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso: 08, Fev, 2021

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: 25, mar, 2019.  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)  
Acesso:25, mar, 2019.

\_\_\_\_\_. Câmara inclui psicólogo e assistente social entre profissionais contemplados pelo Fundeb (2021). Disponível em [www.camar.leg.br](http://www.camar.leg.br) Acesso: 25, Jan, 2022.

\_\_\_\_\_. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988**. Disponível em:  
[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.12.2017/art\\_6.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.12.2017/art_6.asp). Acesso em: 12 mar. 2020.

FERNANDES, Rosa M. C; HELLMANN, Aline (orgs).  
**Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil** – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

CFESS. **Serviço social na educação**. Brasília, DF, setembro, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 8.662/93 – **Código de ética do Serviço Social**  
[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf)  
Acesso: 12, nov, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª Ed, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6. Ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Serviço Social em tempo de Capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

<http://cribelem.blogspot.com.br/70> Acesso: 14, Jan, 2018.

MAZZOTTA, M. J. S. **Reflexões sobre inclusão com responsabilidade.** *Revista @mbienteeducação*, São Paulo, v. 1, n. 2, 2008.

SETUBAL. Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade.** 5ª edição – São Paulo: Cortez, 2013.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação.** 2ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

---

<sup>70</sup> Reconhecemos que o uso desta referência não é recomendado, mas ela serve aqui também para destacar a ausência de um endereço eletrônico específico do Centro de inclusão educacional evidenciado nesta pesquisa. Logo, a observação que trazemos é a de que, muito embora essa instituição seja constituída por profissionais de inquestionável capacidade técnica de atuação, o município, no seu devido posicionamento de poder público não garante as devidas condições técnicas e instrumentais, capazes de promover esse tipo de prestação de serviço tampouco, pois não garante sua divulgação devidamente, o que só vem sendo feito, no caso do Serviço Social, a partir de interesse e comprometimento próprio com a pesquisa.